

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
SETOR DE CIÊNCIAS EXATAS E NATURAIS
DEPARTAMENTO DE GEOCIÊNCIAS

ELEN CRISTIANE QUADROS DE LIMA

CONSTRUINDO SABERES: ECONOMIA SOLIDÁRIA NO ENSINO DE
GEOGRAFIA

PONTA GROSSA

2024

ELEN CRISTIANE QUADROS DE LIMA

CONSTRUINDO SABERES: ECONOMIA SOLIDÁRIA NO ENSINO DE
GEOGRAFIA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
para obtenção do título de Licenciatura Plena na
Universidade Estadual de Ponta Grossa, no
curso de Licenciatura em Geografia.
Autor: Elen Cristiane Quadros de Lima
Orientador: Prof. Dr. Luiz Alexandre
Gonçalves Cunha

PONTA GROSSA

2024



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
SETOR DE CIÊNCIAS EXATAS E NATURAIS
DEPARTAMENTO DE GEOCIÊNCIAS
COLEGIADO DO CURSO DE LICENCIATURA EM GEOGRAFIA



FOLHA DE APROVAÇÃO
ATA DE DEFESA

Aos 05 dias do mês de novembro de dois mil e vinte e quatro, na sala Google Meet reuniu-se a Banca Examinadora composta pelos(as) professores(as): Prof. Luiz Alexandre Gonçalves Cunha (Presidente-Orientador), Prof. Mario Cesar Lopez (membro) e Prop Luiza Lourenço Nunes Benck (membro) para a análise do trabalho de Conclusão de Curso, sob o Título Educação como instrumento de transformação social: análise de práticas de Economia Solidária em escolas públicas de Ponta Grossa, elaborado pela concluinte Elen Cristiane Quadros de Lima, do Curso de Licenciatura em Geografia. Aberta a sessão, a autora teve vinte minutos para a apresentação do seu trabalho, sendo, posteriormente, arguida pelos integrantes da banca. Após o procedimento da avaliação, chegou-se aos seguintes resultados:

O trabalho foi considerado APROVADO

Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a presente sessão, da qual lavrou-se a presente ata que vai assinada por todos os membros da Banca Examinadora.

1) Presidente:

 Documento assinado digitalmente
LUIZ ALEXANDRE GONCALVES CUNHA
Data: 16/11/2024 09:47:46-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

2) Membro I:

3) Membro 2:

Ponta Grossa, 05 de novembro de 2024.

DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO ÉTICO

Eu, Elen Cristiane Quadros de Lima, RA: 21000202, RG: 14.846.451-0, asseguro que o Trabalho de Conclusão de Curso foi por mim elaborado e, portanto, responsabilizo-me pelo texto escrito que apresenta os resultados de minha pesquisa científica.

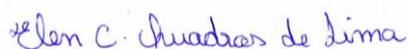
Atesto que todo e qualquer texto, que não seja de minha autoria, transcrito em sua íntegra ou parafraseado de outros documentos, estejam eles publicados ou não, estão devidamente referenciados conforme reza a boa conduta ética, o respeito aos direitos autorais e à propriedade intelectual.

Tenho conhecimento de que os textos transcritos na íntegra de outras fontes devem apontar a autoria, o ano da obra, a página de onde foi extraído e ainda apresentar a marcação de tal transcrição, conforme as regras da ABNT. No caso de paráfrase, o trecho deve vir com a referência de autoria e ano da obra utilizada.

Além disso, declaro ter sido informado pelos responsáveis do Curso de Licenciatura em Geografia das leis que regulam os direitos autorais e das penalidades a serem aplicadas em caso de infração, conforme constam na Lei 10.695 de julho de 2003.

Sendo assim, declaro que estou ciente de que, caso infrinja as disposições que constam na Lei 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, serei responsabilizado juridicamente pelos meus atos e terei que arcar com qualquer prejuízo moral e financeiro deles decorrentes.

Ponta Grossa, 15 de outubro de 2024.



Assinatura do Acadêmico

AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha família por todo o incentivo, carinho e compreensão nos momentos difíceis. Em especial aos meus pais, Ademir e Estela, por todo amor, dedicação e apoio. Gratidão ao meu Tio Ricardo pelo suporte, pelas caronas e por todo auxílio durante essa caminhada. A minha prima Myllena, pela constante motivação, carinho e presença.

Às minhas queridas geoamigas, que compartilharam comigo essa caminhada repleta de desafios e conquistas. Nossa amizade e companheirismo tornaram essa experiência muito mais leve e gratificante.

Sou grata ao professor João Paulo Camargo, por ter sido minha maior inspiração durante o ensino fundamental e médio. Por me mostrar como a Geografia é apaixonante. Sua paixão pela educação e pela Geografia foram determinantes para que eu escolhesse este caminho.

Agradeço aos professores do curso, por todo o conhecimento e apoio. Aos projetos dos quais tive a honra de participar, que ampliaram minha visão e contribuíram para o meu crescimento pessoal e acadêmico.

Agradeço a oportunidade de ter ingressado em uma universidade pública e de qualidade, que me proporcionou um ambiente de aprendizado e desenvolvimento tanto acadêmico quanto pessoal.

Por fim, a todos que estiveram comigo ao longo dessa jornada, meu mais sincero agradecimento. Cada palavra de apoio, cada gesto de carinho e cada incentivo fizeram toda a diferença. E agradeço a Deus por me guiar e iluminar meus caminhos.

RESUMO

A Economia Solidária (ECOSOL) no Brasil, ganhou visibilidade a partir dos anos 1990, como resposta às crises do capitalismo, oferecendo uma alternativa econômica baseada em cooperação, autogestão e sustentabilidade. Por ser considerado um tema relativamente novo e diante da sua capacidade de proporcionar uma nova forma de relação na sociedade, o trabalho explora a possibilidade de integrar a temática da Economia Solidária no ensino de Geografia da educação básica. Como essa abordagem pode enriquecer o currículo de Geografia, utilizando como exemplo a atuação da Incubadora de Empreendimentos Solidários (IESol) da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) em uma escola pública. O estudo tem como objetivo examinar como as práticas da Economia Solidária podem ser articuladas com o currículo escolar, a fim de promover uma educação que valorize a cooperação, a solidariedade, a sustentabilidade e a cidadania ativa, analisando os desafios enfrentados nessa inclusão e a compreensão dos alunos em relação às ações desenvolvidas pela IESol na escola. A pesquisa foi realizada com alunos do 9º ano do Colégio Professor Meneleu de Almeida Torres, onde foram realizadas atividades em parceria com a IESol no ano de 2024, como clubes de trocas e formações teóricas sobre Economia Solidária. A metodologia utilizada foi qualitativa, baseada na análise de documentos, entrevista, questionário e participação nas atividades. Os resultados indicam que a inclusão da ECOSOL nas aulas de geografia possibilita maior engajamento dos alunos, despertando seu interesse por práticas econômicas colaborativas e estimulando uma reflexão crítica sobre a sociedade e o consumo. O trabalho conclui que a Economia Solidária tem grande potencial pedagógico e contribui para a formação de cidadãos mais conscientes e solidários, sugerindo sua ampliação no currículo escolar.

Palavras-chave: Economia Solidária; IESol; Educação Geográfica.

ABSTRACT

Solidarity Economy (ECOSOL) in Brazil gained visibility from the 1990s onward as a response to the crises of capitalism, offering an economic alternative based on cooperation, self-management, and sustainability. As a relatively new topic with the potential to foster a new form of social relations, this study explores the possibility of integrating the theme of Solidarity Economy into Geography teaching in basic education. The study examines how this approach can enrich the Geography curriculum by using as an example the work of the Solidarity Enterprise Incubator (IESol) of the State University of Ponta Grossa (UEPG) in a public school. The objective is to investigate how Solidarity Economy practices can be integrated into the school curriculum to promote an education that values cooperation, solidarity, sustainability, and active citizenship. Additionally, the study analyzes the challenges encountered in this integration and assesses students' understanding of the actions developed by IESol in the school. The research was conducted with 9th-grade students at Professor Meneleu de Almeida Torres School, where activities in partnership with IESol were carried out in 2024, including exchange clubs and theoretical training sessions on Solidarity Economy. The methodology used was qualitative, based on document analysis, interviews, questionnaires, and participation in the activities. The results indicate that including ECOSOL in Geography classes increases student engagement, sparking their interest in collaborative economic practices and encouraging critical reflection on society and consumption. The study concludes that Solidarity Economy has great pedagogical potential and contributes to the development of more conscious and supportive citizens, recommending its broader inclusion in the school curriculum.

Keywords: Solidarity Economy; IESol; Geography Education.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNCC	Base Nacional Comum Curricular
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social
CNPq	Banco Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CREP	Currículo da Rede Estadual Paranaense
ECOSOL	Economia Solidária
EES	Empreendimentos Econômicos Solidários
FBES	Fórum Brasileiro de Economia Solidária
FESU	Feira de Economia Solidária
FINEP	Financiadora de Estudos e Projetos
IESOL	Incubadora de empreendimentos solidários
ITCPs	Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
PPP	Projeto Político Pedagógico
PROEXT	Programa de Extensão Universitária
PRONINC	Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares
PTD	Plano de Trabalho Docente
SENAES	Secretaria Nacional de Economia Solidária
SIES	Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária
UEPG	Universidade Estadual de Ponta Grossa
UFC	Universidade Federal do Ceará
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UFRPE	Universidade Federal Rural do Pernambuco
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UNEB	Universidade do Estado da Bahia
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
CAPÍTULO 1 - PRINCÍPIOS E PRÁTICAS DA ECOSOL	10
1.1 Definição de Economia Solidária	10
1.2 Princípios e modelos de organização da ECOSOL.....	12
1.3 Institucionalidade da Economia Solidária no Brasil.....	17
CAPÍTULO 2 - CURRÍCULO DA REDE ESTADUAL PARANAENSE E O CURRÍCULO DE GEOGRAFIA	21
2.1 Currículo da Rede Estadual Do Paraná	21
2.2 Componente Curricular de Geografia	23
CAPÍTULO 3 - A INTERVENÇÃO DA IESOL NAS ESCOLAS	29
3.1 A Incubadora de Empreendimentos Solidários da UEPG	29
3.2 Atuação da IESol nas escolas	32
3.3 IESol no Colégio Estadual Professor Meneleu Almeida Torres	33
3.3.1 Entrevista com o professor de Geografia	39
3.3.2 Questionário aplicado aos alunos	45
CONSIDERAÇÕES FINAIS	50
REFERÊNCIAS	53
APÊNDICE A – ENTREVISTA REALIZADA COM O PROFESSOR DE GEOGRAFIA	57
APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO APLICADO AOS ALUNOS	61

INTRODUÇÃO

A Economia Solidária tem suas origens no século XIX, surgindo como uma resposta ao impacto social negativo gerado pelo capitalismo industrial, vinculada ao profundo empobrecimento dos artesãos causado pela disseminação das máquinas e pela organização fabril da produção (Singer, 2002). No Brasil, a Economia Solidária ganha maior visibilidade na década de 1990, diante das crises econômicas e sociais que impactam a classe trabalhadora, oferecendo alternativas ao modelo capitalista tradicional (Nagem; Silva, 2013).

No entanto, seu propósito supera este limite, consiste em uma proposta que contempla práticas que ensaiam uma nova forma de relação na sociedade. Segundo Singer (2000), a Economia Solidária não deve ser vista apenas como uma solução emergencial, mas como uma proposta que busca estabelecer novas relações sociais e econômicas, promovendo a autogestão, a cooperação e a solidariedade entre os indivíduos. Essa abordagem se torna especialmente relevante em um contexto onde as desigualdades sociais e a exclusão econômica são questões prementes. O autor sugere outra perspectiva: a Economia Solidária como mais do que uma simples resposta à incapacidade do capitalismo de integrar todos os membros da sociedade em sua economia, possuindo potencial de se tornar uma alternativa superior ao capitalismo, não apenas em termos econômicos estritos, mas proporcionando uma vida melhor para aqueles que a adotam (Singer, 2002).

O processo para a transformação social e expansão da Economia Solidária demanda a participação de várias instituições com influência na sociedade, formando parcerias e redes junto à Economia Solidária. O Programa Nacional de Incubadoras de Empreendimentos Econômicos Solidários (PRONINC) é uma dessas parceiras, foi instituído no Brasil com o objetivo de apoiar e fomentar a criação e o desenvolvimento de incubadoras que promovem a Economia Solidária. As Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs), incubadoras universitárias tem o propósito da articulação do tripé: ensino, pesquisa e extensão na universidade, fortalecendo a ECOSOL no território e auxiliando os empreendimentos econômicos solidários.

A incubadora de empreendimentos solidários (IESol), surgiu no ano de 2005, como programa de extensão da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), com o objetivo de incubar grupos que buscassem a geração de trabalho e renda e que tivessem o interesse de trabalhar sob os princípios da Economia Solidária. Além da

incubação de grupos, a incubadora realiza ações voltadas para a comunidade, como formações sobre Economia Solidária e inovação social e atividades desenvolvidas com públicos de variados perfis, sendo algumas voltadas ao público escolar do município de Ponta Grossa (Brasil, F., Brasil, M., 2018).

A Economia Solidária é caracterizada por práticas que priorizam o coletivo e a cooperação, permitindo que grupos de pessoas se organizem para atender suas necessidades de forma autônoma e solidária. De acordo com Cabral (2016), a Economia Solidária deve ser entendida como uma postura humana que orienta ações atuais e futuras, destacando seu caráter educacional e transformador. A autora enfatiza que a Economia Solidária é um "campo privilegiado do conhecimento emancipatório", no qual os indivíduos podem adquirir saberes que os ajudem a se libertar de formas de opressão social e econômica. Podendo ser inserida no debate sobre a educação e a formação cidadã. Deon e Callai (2018) argumentam que a educação escolar é um instrumento fundamental para a construção do exercício pleno da cidadania. Desse modo, a inclusão da temática da Economia Solidária nos currículos escolares é uma estratégia para promover uma visão de mundo que valoriza a cooperação, a solidariedade, o desenvolvimento sustentável e o bem-estar coletivo. Essa perspectiva é corroborada pelos estudos de Cavalcanti e Souza (2014), que veem a Geografia como uma disciplina capaz de formar cidadãos críticos e conscientes, aptos a interpretar e transformar a realidade social em que vivem.

A proposta deste trabalho é explorar a inclusão da temática da Economia Solidária nas aulas de Geografia da educação básica, proporcionando aos alunos uma visão crítica e cidadã das dinâmicas socioeconômicas contemporâneas. O estudo examina como as práticas da Economia Solidária podem ser articuladas com o currículo escolar, a fim de promover uma educação que valorize a cooperação, a solidariedade, a sustentabilidade e a cidadania ativa.

O trabalho está organizado em três capítulos que conduzem a discussão. O primeiro capítulo, dedica-se à conceituação e aos princípios da Economia Solidária, sua institucionalização no Brasil e as características que a tornam uma alternativa viável ao modelo econômico tradicional.

No segundo capítulo, analisa-se o Currículo da Rede Estadual Paranaense (CREP), com ênfase no componente curricular de Geografia, e as possibilidades de articular a ECOSOL com os conteúdos escolares, de modo a fomentar uma educação que privilegie a formação de cidadãos críticos.

Por fim, o terceiro capítulo descreve as intervenções da Incubadora de Empreendimentos Solidários (IESol) da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) no ambiente escolar, evidenciando as práticas realizadas no Colégio Estadual Professor Meneleu de Almeida Torres, onde se buscou trabalhar a ECOSOL com alunos do 9º ano do ensino fundamental.

A pesquisa adota uma metodologia qualitativa, que inclui a análise de documentos, participação em atividades desenvolvidas pela IESol, entrevista com o professor de Geografia do Colégio e a aplicação de questionários aos alunos. Essa abordagem permitiu a coleta de dados sobre o impacto da Economia Solidária no ensino de Geografia e sobre a percepção dos alunos em relação ao tema.

Os resultados indicam que a introdução da Economia Solidária no contexto escolar possui potencial para desenvolver uma aprendizagem engajada e reflexiva. As práticas desenvolvidas pela IESol, como clubes de trocas e o uso de dinâmicas lúdicas, mostraram o potencial que atividades práticas possuem na sensibilização dos alunos na identificação da importância de uma economia mais justa, colaborativa e solidária. Assim, este trabalho destaca o potencial da inclusão da ECOSOL no ambiente educacional, apontando para a necessidade de ampliar sua inserção no currículo escolar, de forma a contribuir para a formação de indivíduos mais conscientes e ativos socialmente.

CAPÍTULO 1 - PRINCÍPIOS E PRÁTICAS DA ECOSOL

1.1 Definição de Economia Solidária

Segundo Paul Singer (2002), a Economia Solidária (ECOSOL) surge no cenário do capitalismo industrial como uma resposta ao empobrecimento dos artesãos, causado pela introdução de máquinas e pela organização fabril. Vista como uma solução para mitigar certos impactos econômicos e sociais do capitalismo, que tem como característica a precarização do trabalho e a falta de segurança do trabalhador, a ECOSOL se apresenta como uma alternativa viável para enfrentar as crises recorrentes, com o objetivo principal de beneficiar a classe trabalhadora mais vulnerável. Pinheiro (2013 p. 90) disserta sobre seu caráter de movimento social, ao abordar que a Economia Solidária “luta contra as consequências da desregulamentação econômica”.

A Economia Solidária é caracterizada por um conjunto de atividades econômicas que envolvem produção, distribuição e consumo, todas organizadas de maneira autogestionada, sem distinção entre as classes participantes (Singer, 2002). A proposta é que os membros dos Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) atuem como gestores coletivos e trabalhem em um sistema democrático, sem exploração e sem degradação ambiental. Singer (2002) define a ECOSOL como um modo de produção marcado pela igualdade, onde os meios de produção pertencem coletivamente aos que neles trabalham. Assim, a característica central é a organização em cooperativas, associações e grupos informais, mas que trabalhem na perspectiva da autogestão.

Segundo a Carta de Princípios da Economia Solidária (2005), disponível no site do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), a ECOSOL é definida como uma forma de organização econômica que privilegia o trabalho e os indivíduos, ao invés do capital, servindo como base para uma globalização humanizadora e um desenvolvimento sustentável, socialmente justo, voltado para a satisfação universal das necessidades e para a qualidade de vida de cada pessoa.

O site do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), por meio da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), define a ECOSOL como uma forma de organização econômica que promove a produção, comercialização e distribuição de bens e serviços de maneira cooperativa, baseada nos princípios de autogestão, comércio justo e sustentável, cooperação, e respeito ao meio ambiente. Ela visa gerar trabalho e renda de forma inclusiva e sem exploração, valorizando o ser humano e a cultura.

Aleixo (2015) define que o conceito de Economia Solidária correlaciona-se com a Economia Social ao “evitar a separação entre o econômico, o social e o político” (Aleixo, 2015, p. 25). Ele destaca que é na articulação dessas três dimensões que reside o aspecto essencial da Economia Solidária..

Outros autores definem a Economia Solidária de forma semelhante, destacando seus princípios fundamentais e a integração das dimensões econômica, social e política. França Filho e Laville (2004) apontam a ECOSOL como uma economia coletiva, baseada na solidariedade, democracia, comércio justo e solidário, consumo consciente, cooperação, valorização do ser humano e coletivismo.

Arruda (2000) define a Economia Solidária como uma proposta ideológica que se contrapõe à economia capitalista. Além disso, ele a vê como uma filosofia de vida que promove uma nova forma de pensar o ser humano, a economia e o mundo em geral, fundamentada nos valores da partilha, reciprocidade e solidariedade.

Por outro lado, Gaiger (2003) aborda a ECOSOL como um fenômeno, destacando seu significativo poder de revitalização dos ideais emancipatórios e sua capacidade de formação e convergência de expressões concretas. Ele argumenta que a ECOSOL desenvolve elementos de uma nova sociabilidade baseada em uma lógica solidária.

É possível observar que a Economia Solidária pode ser caracterizada como qualquer forma de trabalho associado, de produção e/ou comercialização de bens e serviços que visa à geração de trabalho e renda. Sua especificidade reside na propriedade coletiva dos meios de produção, na associação livre e voluntária e na autogestão. Embora diversos autores conceituem a ECOSOL de maneiras distintas, ela é associada a atividades que têm a mesma finalidade: cumprir e desenvolver um papel social comum, visando ao alcance de interesses individuais e organizando-se a partir de fatores humanos que fortalecem as relações sociais. Nestas atividades, o laço social é valorizado por meio da reciprocidade, com práticas de autogestão e cooperativismo autônomo (Lechat, 2002).

Durante a III Plenária Nacional da Economia Solidária, o Fórum Brasileiro de Economia Solidária apresentou uma Carta de princípios que orientaram as diretrizes gerais e específicas para esse modelo. Os princípios valorizam a cooperação, solidariedade, respeito à natureza e do trabalho humano. Visam criar um modelo econômico mais justo, inclusivo e sustentável, que atenda às necessidades de todos, fortaleça os vínculos sociais, promova a igualdade de gênero, valorize a diversidade

cultural, e proporcione oportunidades de trabalho para jovens e idosos, contribuindo para a inclusão social e a transformação política e econômica.

A Carta declara a importância dos princípios para promover a valorização do trabalho humano como fonte de fortalecimento de vínculos sociais e desenvolvimento do ser humano, a satisfação plena das necessidades de todos como eixo da criatividade tecnológica e da atividade econômica. Afirma que a eficiência não deve ser restrita aos benefícios materiais de um empreendimento, mas também deve ser medida pela eficiência social, considerando a qualidade de vida e a felicidade de seus membros e de todo o ecossistema. Assim, deve servir como um instrumento de combate à exclusão social, oferecendo uma alternativa para a geração de trabalho e renda e atendendo diretamente às necessidades de todos. Demonstra que é possível organizar a produção e a reprodução da sociedade de maneira a diminuir as desigualdades materiais e promover os valores da solidariedade humana.

A ECOSOL surge como uma alternativa social especialmente relevante em períodos de aumento do desemprego, quando a maioria dos trabalhadores não tem controle nem participação na gestão dos meios e recursos de produção de riquezas, resultando em um número crescente de trabalhadores e famílias que perdem acesso à remuneração e ficam excluídos do mercado capitalista.

1.2 Princípios e modelos de organização da ECOSOL

Para entender a Economia Solidária é essencial considerar os princípios que a orientam. Isso envolve não só o modo de produção, mas também as organizações envolvidas, os indivíduos que participam, as interações entre eles e outros aspectos pertinentes.

Diferente do sistema capitalista que se baseia na concorrência e na acumulação de capital, a ECOSOL é amparada em princípios como cooperação, solidariedade e igualdade de oportunidades. Ela se caracteriza por empreendimentos coletivos, como cooperativas e associações, e até mesmo grupos informais, que visam superar desigualdades, promover a inclusão social e garantir condições dignas de trabalho. Segundo França Filho e Laville (2004), a ECOSOL prioriza valores como equidade, sustentabilidade e participação ativa dos trabalhadores na gestão e nos resultados econômicos. A literatura identifica pontos de convergência que permitem

listar alguns princípios fundamentais da Economia Solidária: solidariedade, autogestão, cooperação e democracia.

Mance (2008) destaca quatro características importantes nas atividades e formas de organização da Economia Solidária: cooperação, autogestão, solidariedade e sustentabilidade econômica e ambiental. Embora esses elementos sejam complementares e, provavelmente, não operem de maneira isolada, podem ser compreendidos objetivamente como categorias distintas, mas sempre presentes na compreensão da Economia Solidária.

Na esfera da ECOSOL, a cooperação refere-se à forma como as interações sociais ocorrerão. Mance (2008) define a cooperação enquanto pilar da ECOSOL como um modelo de organização que se fundamenta na igualdade de direitos e responsabilidades entre todos os envolvidos, abrangendo os aspectos de organização, produção, distribuição e consumo e considerando os interesses e objetivos comuns através da colaboração e da união de esforços e habilidades.

Porto e Opuszka (2015, p. 431) descrevem que “a cooperação possui como escopo a contribuição para um processo de interação social dentre aqueles que do projeto participam, faz com que exista uma constante busca por um objetivo comum através de ações compartilhadas, pois ao final, o benefício será repartido entre todos.” Enquanto no modelo capitalista a competitividade motiva ações através de interesses e objetivos individuais, na cooperação os indivíduos trabalham como um grupo, combinando suas contribuições de forma coordenada em direção a um mesmo objetivo.

Um outro princípio é a autogestão, na essência é um modelo no qual os trabalhadores são coproprietários, o que quebra a dinâmica de alienação na qual o trabalhador apenas segue as ordens dos superiores sem questionar. Segundo Lefebvre (2017, p.141), “Apenas através da autogestão os membros de uma livre associação podem ter em mãos as suas próprias vidas, de forma que ela passe a ser sua obra, isso também se chama: apropriação, desalienação”. Portanto, a autogestão pode ser descrita como uma abordagem de gestão alternativa à heterogestão, caracterizada por uma estrutura organizacional interna não hierárquica. Essa abordagem se baseia no trabalho coletivo e na participação democrática dos trabalhadores.

Mance (2008) também aponta a autogestão como a participação democrática nas decisões, o que implica no exercício igualitário de poder por todos os envolvidos,

onde a responsabilidade de gerenciar a organização é compartilhada de maneira equitativa entre todos os participantes.

A implementação desse modelo de gestão enfrenta alguns desafios. A capacitação dos trabalhadores é essencial para o êxito da autogestão, visto que muitos trabalhadores não foram preparados para assumir papéis de liderança, mas sim para serem liderados. Além disso, é necessário que haja disposição por parte deles, pois, como observado por Singer (2002, p. 19), "O maior inimigo da autogestão é o desinteresse dos sócios, sua recusa ao esforço adicional que a prática democrática exige."

O modo de produção da ECOSOL dialoga com o social e o político, pois reside não apenas na busca pelo crescimento financeiro, mas principalmente no fomento ao desenvolvimento humano. Nesse contexto, valores como igualdade, valorização do ser humano, satisfação das necessidades humanas, estímulo à liberdade e ao pensamento crítico são priorizados, onde a democracia é o princípio instrumental que viabiliza esses valores, dando voz e poder decisório aos envolvidos. Porto e Opuszka (2015, p.432) pontuam que "há de se entender que em qualquer empreendimento solidário é necessária a existência de uma condição de igualdade, onde haja direitos iguais para todos que deste modelo participam". É a democracia participativa que visa garantir esses direitos.

A adoção da democracia na ECOSOL, em conjunto com a autogestão, resulta na participação igualitária dos membros e no seu poder na tomada de decisões. Enquanto na economia tradicional o peso do voto está correlacionado com a participação acionária, na Economia Solidária cada indivíduo tem direito a um voto equitativo, independentemente do seu envolvimento financeiro, garantindo assim uma voz igualitária a todos os membros. Assim como aponta Porto e Opuszka:

[...] qualquer empreendimento solidário pautado na igualdade e solidariedade, em especial as sociedades cooperativas, é que diferentemente de qualquer outra sociedade empresarial, não é sequer levado em consideração o capital social de qualquer pessoa, haja vista todos serem considerados iguais, importando tão somente a pessoa em si, bem como no quanto ela se encontra disposta em contribuir solidariamente para o empreendimento, ou seja, no empreendimento solidário, prevalece aquilo que determinada pessoa é como ser humano e não o quanto ela tem no bolso. (Porto; Opuszka, 2015, p. 433)

O tratamento isonômico e igualitário dos sócios no empreendimento está alinhado com o ideal de valorização do ser humano em detrimento de sua propriedade.

Isso significa que cada membro é reconhecido e respeitado com base em sua dignidade intrínseca, e não pelo seu status de propriedade ou investimento financeiro. Essa abordagem reforça a importância da igualdade e do respeito mútuo dentro do contexto da Economia Solidária.

Portanto, o princípio da solidariedade se manifesta na ECOSOL através da solidariedade democrática, que se distingue da solidariedade filantrópica. Enquanto a solidariedade filantrópica se baseia em ações de caridade e assistencialismo, a solidariedade democrática se fundamenta na igualdade, na reciprocidade e na necessidade de organização para produzir. Evidencia-se o conceito de solidariedade proposto por Aleixo:

A solidariedade é uma construção social e a sua concepção atual, surgiu no já início do século XIX, como resposta às realidades decorrentes da sociedade industrial, em que se assume que o mercado deve ser complementado e que essa complementaridade pode ser conseguida através da solidariedade democrática e da associação entre iguais, que só são possíveis existirem no ambiente atual de democracia. (Aleixo, 2015, p. 26)

Para Mance (2008), a solidariedade na ECOSOL é a mudança da mentalidade cultural de competição para a construção de um espírito de cooperação, onde todos os seres humanos são vistos como membros de uma comunidade universal, com igualdade de direitos e deveres. Isso se expressa em diversas dimensões, como na justa distribuição dos resultados, nas oportunidades que promovem o desenvolvimento pessoal e na melhoria da qualidade de vida. A solidariedade revela-se como fundamental para a definição da ECOSOL, abrangendo também o tratamento dado à propriedade privada, enquanto na economia tradicional a propriedade é individual, neste modelo econômico ela é coletiva.

Pela relação que se espera haver entre meio-ambiente e a Economia Solidária, surge a proposta de incorporar, entre seus princípios, a valorização do meio ambiente, através de uma relação de equilíbrio entre indivíduos e natureza, onde não ocorra exploração, nem degradação ambiental. Em vez disso, promove-se o uso consciente dos recursos naturais, preservando-os e reconhecendo que a sustentabilidade garante que esses recursos possam ser utilizados pelas gerações futuras. Isto pode ser compreendido ao considerarmos a definição de sustentabilidade como “atender às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atenderem às suas próprias necessidades” (Capra, 2003, p. 238).

De acordo com a SENAES, além de mobilizar forças sociais e econômicas para provocar mudanças que melhorem as condições da população local em harmonia com o meio ambiente, a existência de empreendimentos que praticam a produção agroecológica exemplifica a conexão entre a Economia Solidária e a Sustentabilidade. Através dessas características, a ECOSOL se desenvolve no caminho de uma nova lógica de desenvolvimento sustentável, promovendo a geração de trabalho e a distribuição de renda.

Os princípios da ECOSOL apontados visam estabelecer uma relação mais humana em contraste com o modo de produção capitalista, defendendo um sistema de finanças solidárias em diferentes níveis. A nível local, incluem a criação de bancos cooperativos e instituições de microcrédito solidário, com o objetivo de financiar seus membros e facilitar o acesso popular ao crédito, baseando-se na poupança coletiva. A nível nacional, promovem o comércio justo e solidário, a imposição de limites às taxas de juros e aos lucros extraordinários, e evitam atividades especulativas. Esses princípios buscam construir um sistema econômico mais justo e inclusivo, beneficiando diretamente as comunidades envolvidas. A divisão equitativa dos resultados econômicos do trabalho, oferece uma alternativa para aqueles excluídos do mercado de trabalho formal capitalista, servindo como uma opção de reinserção social e melhoria da qualidade de vida para esses trabalhadores, promovendo uma economia mais inclusiva e justa.

No ano de 2007, o Governo Federal, por meio do SENAES/MTE, apresentou o "Atlas da Economia Solidária no Brasil", um primeiro panorama sobre a atuação da Economia Solidária no país. Tendo como finalidade fortalecer e desenvolver ações voltadas para a realidade do crescente número de Empreendimentos Econômicos Solidários (EES), através da realização de um mapeamento desses EES, destacando a diversidade e a importância dessas iniciativas. O mapeamento possibilitou a identificação dos diversos tipos de organizações que compõem esses empreendimentos, tais como: organizações coletivas (que incluem associações, cooperativas e empresas autogestionárias, entre outras); organizações formadas por trabalhadores urbanos e rurais que gerem coletivamente as atividades e a alocação os resultados; organizações permanentes, que englobam tanto as já em funcionamento quanto as em processo de implantação; organizações com diferentes graus de formalização junto aos órgãos públicos; e organizações que realizam

atividades econômicas variadas, como produção de bens, prestação de serviços, fundos de crédito e consumo solidário.

O desenvolvimento da Economia Solidária é fortemente apoiado pelas Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares, que surgem como programas de extensão, oferecendo alternativas de trabalho e gerando emprego e renda para as populações excluídas. No Brasil, elas são frequentemente criadas dentro das universidades, contando com o apoio do corpo docente na geração de conhecimento de gestão e produção aos trabalhadores. Além das universidades, outros órgãos públicos e privados também participam no financiamento dos projetos das cooperativas e incubadoras, incluindo BNDES, CNPq, FINEP, entre outros.

Singer (2000) pontua que as incubadoras de empresas cooperativas utilizam os recursos humanos e o conhecimento das universidades para formar, qualificar e assessorar trabalhadores no desenvolvimento de atividades autogestionárias. Alguns dos princípios das Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs) destacados por Singer incluem: reafirmar os princípios da Aliança Cooperativista Internacional, disseminar o conhecimento sobre cooperativismo e autogestão para contribuir com o desenvolvimento da Economia Solidária, e estimular a criação de outras ITCPs. Singer (2000) destaca a proposta das ITCPs na inserção dos excluídos no mercado de trabalho, no incentivo à organização e articulação nacional das cooperativas, desempenhando um papel essencial no fortalecimento das redes de organizações solidárias.

1.3 Institucionalidade da Economia Solidária no Brasil

No Brasil, a Economia Solidária ganhou visibilidade a partir da década de 1990, período de abertura econômica e política ao capital externo, no governo de Fernando Collor de Mello (Carvalho, 2012). A década de 1990 ficou marcada por sucessivas crises econômicas, como a hiperinflação e a drástica elevação das taxas de desemprego, que atingiram diversas camadas da população, agravando a exclusão social e a precarização das condições de trabalho. Nesse contexto, a Economia Solidária foi se afirmando como uma proposta de transformação social, durante esse período um número expressivo de trabalhadores, em resposta à exclusão do mercado de trabalho formal, passaram a se organizar em torno de EES,

sobretudo sob a forma de cooperativas autogestionárias (Carvalho, 2012; Nagem; Silva, 2013).

No período de 1998 a 2002 diversas cidades do Brasil começaram a experimentar formas de apoio à Economia Solidária, destacando-se Porto Alegre (RS), São Paulo (SP), Recife (PE) e Belém (PA), bem como os governos do Rio Grande do Sul e do Distrito Federal. A importância dessas experiências locais se tornou ainda mais visível no primeiro Fórum Social Mundial (FSM), realizado em 2001, na cidade de Porto Alegre. Nesta ocasião, a Economia Solidária ganhou destaque como um dos caminhos possíveis para enfrentar a exclusão social e econômica. Foi durante esse evento que se criou o Grupo de Trabalho Brasileiro de Economia Solidária (GT Brasileiro) (Arcanjo, Oliveira, 2017).

No ano de 2002, com a vitória de Luiz Inácio Lula da Silva para Presidência da República, o GT Brasileiro de Economia Solidária formulou propostas para a institucionalização da Economia Solidária em âmbito nacional, a fim de assegurar políticas públicas no governo federal (Arcanjo, Oliveira, 2017). Segundo o site do Fórum Brasileiro de Economia Solidária, foi elaborada uma carta destinada ao governo Lula e organizada a I Plenária Brasileira de Economia Solidária, realizada em São Paulo, com a participação aproximadamente de 200 pessoas, com o objetivo de construir uma agenda de interesse comum para o conjunto do movimento da Economia Solidária, que ficou conhecida como primeira versão da Plataforma da Economia Solidária no Brasil.

Em janeiro de 2003, é realizada em Porto Alegre (RS) a segunda Plenária Brasileira de Economia Solidária, sendo anunciada a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego. Nesta Plenária, o economista Paul Singer, um dos maiores defensores do modelo de Economia Solidária no Brasil, é escolhido de forma consensual para ocupar a pasta. Em julho do mesmo ano é realizada a III Plenária de Economia Solidária, onde se concretiza a criação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES). No mesmo dia, com a publicação da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, e com base no Decreto nº 4.764, de 24 de junho de 2003, é instituída a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) e criado o Conselho Nacional de Economia Solidária (CNES) (SENAES, 2012).

A partir desse contexto, a Economia Solidária passa a integrar políticas públicas existentes, promovendo parcerias com outras estruturas de governo e estabelecendo

ações que visavam a geração de trabalho e renda para grupos excluídos do mercado de trabalho formal (SENAES, 2012).

Com a criação da SENAES, o PRONINC (Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares) é retomado em 2003, criando condições mais propícias para o apoio às incubadoras existentes e incentivo à criação de novas incubadoras de Economia Solidária. O PRONINC que teve suas origens em 1995, a partir de uma ação articulada no âmbito do Comitê de Entidades no Combate à Fome e pela Vida (COEP), quando o Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa em Engenharia (COPPE/UFRJ), com o apoio da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) e da Fundação Banco do Brasil (FBB), criou a primeira Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP). O sucesso da ITCP levou à criação do PRONINC em 1997, buscando fortalecer e expandir a criação de cooperativas populares, utilizando a incubação como uma ferramenta de inclusão social e geração de renda (SENAES, 2012).

De acordo com o Relatório da SENAES (2012), a institucionalização do PRONINC ocorreu com a publicação do Decreto nº 7.357, de 17 de novembro de 2010, formalizando a implementação do Programa. Esse decreto, elaborado em conjunto com o Comitê Gestor e assinado pelos ministérios e instituições participantes, regulamentou o PRONINC estabelecendo seu funcionamento, composição do comitê e definindo os principais conceitos e objetivos do programa, que envolvem apoiar e fomentar as incubadoras universitárias e de Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, que desenvolvem processos de incubação de Empreendimentos Econômicos Solidários, oferecendo-lhes apoio, assessoria, qualificação e assistência técnica. A retomada da PRONINC, após a criação da SENAES, possibilitou a ampliação no número de Incubadoras Universitárias de EES Solidários com o propósito de prestar serviços de formação, informação e de apoio organizativo e de comercialização (SENAES, 2012).

Segundo Arcanjo e Oliveira (2017), a expansão das atividades da Economia Solidária tem relação com a criação da SENAES, que trouxe maior visibilidade e compreensão sobre a Economia Solidária, suas demandas e potencialidades. incluindo o mapeamento de iniciativas no Brasil por meio do Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES) que foi desenvolvido pela SENAES como instrumento para identificação e registro de informações de EES, entidades de apoio e fomento à Economia Solidária. O mapeamento destacou milhares de projetos

existentes e despertou o interesse de governos locais em apoiá-los. As autoras pontuam também que o fortalecimento das políticas locais de Economia Solidária refletiu no crescimento organizativo do movimento, com a criação de redes e fóruns que pressionam os poderes públicos, tanto estaduais quanto municipais, para criar condições favoráveis ao seu desenvolvimento (Arcanjo; Oliveira, 2017).

1.4 Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares no Brasil

As incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares no Brasil desempenham um papel fundamental no fortalecimento da Economia Solidária. Elas surgem como espaços de apoio técnico, político e educacional para grupos e comunidades que buscam alternativas ao modelo econômico convencional, pautando-se por valores de solidariedade e justiça social. De acordo com Costa (2013) O número de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs), assim como de iniciativas semelhantes, foi impulsionado pela criação de políticas públicas.

A abordagem ganhou ampla adesão em muitas universidades públicas brasileiras, e têm desempenhado papel essencial na consolidação de empreendimentos da Economia Solidária. Contudo, esse crescimento não ocorre de forma isolada. Pode-se dizer que as Incubadoras fazem parte de um conjunto de organizações dedicadas ao fortalecimento da ECOSOL em todo o Brasil. Onde destacam-se as políticas públicas federais implementadas desde 2003 pela SENAES, além das ações promovidas pelo Fórum Brasileiro de Economia Solidária, no qual as ITCPs desempenham um papel significativo (Costa, 2013).

As atividades das Incubadoras estão, em sua maioria, inseridas nos âmbitos da extensão universitária e da pesquisa acadêmica. Essas iniciativas tiveram seus primeiros passos no final da década de 1990, ganhando maior expansão ao longo dos anos 2000. O objetivo principal das incubadoras é desenvolver e consolidar metodologias que ofereçam suporte e incentivo a grupos populares e solidários, com foco na geração de trabalho e renda e na promoção da inclusão social por meio da autogestão (Costa, 2013). Representam uma oportunidade de estabelecer um diálogo com comunidades que, geralmente, estão distantes dos espaços acadêmicos.

De acordo com Paul Singer (2002) as ITCPs são compostas por professores, estudantes de graduação, pós-graduação e funcionários de diversas áreas do conhecimento, que oferecem apoio a grupos comunitários que buscam trabalhar e

produzir de forma coletiva, fornecendo formação sobre Economia Solidária, suporte técnico, logístico e jurídico para viabilizar empreendimentos autogestionários.

A consolidação da ECOSOL no Brasil contou com a participação de diversos atores sociais e a extensão universitária desempenha importante papel nesse contexto, pois integra elementos essenciais para o fortalecimento da Economia Solidária no país. O primeiro aspecto é o compromisso social e comunitário, que está intrinsecamente ligado a um dos compromissos das universidades brasileiras. Em segundo lugar, destaca-se o potencial da extensão para o desenvolvimento de tecnologias e metodologias adequadas ao apoio e estímulo aos empreendimentos solidários, por meio da articulação entre extensão e pesquisa. Por fim, é válido ressaltar sua contribuição na formação de profissionais capacitados para atuar na área da Economia Solidária, compreendendo suas particularidades e auxiliando no seu fortalecimento em âmbito nacional (Costa, 2013).

Nesse sentido, a ITCP é uma unidade acadêmica interdisciplinar que integra ensino, pesquisa e extensão, com o propósito de promover a interação entre a universidade e grupos de trabalhadores que buscam desenvolver empreendimentos solidários. Seu objetivo é tanto apoiar a formação e consolidação desses empreendimentos quanto transformar a universidade, aproximando-a das demandas, interesses e necessidades das comunidades. Essa interação ocorre por meio de um processo dinâmico de troca de saberes práticos e teóricos, resultando na construção colaborativa de novos conhecimentos entre a incubadora e os grupos de trabalhadores associados.

Segundo Cruz et. al. (2011) o projeto da primeira Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares recebeu financiamento da FINEP, vinculada ao Ministério da Ciência e Tecnologia do Governo Federal, e tinha como objetivo principal disseminar sua metodologia. Uma das principais estratégias para isso foi a realização de um seminário em 1998, no qual a experiência pioneira da ITCP da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) foi apresentada. Nesse período, outras universidades já haviam estabelecido contato com a iniciativa da UFRJ e estavam começando a estruturar suas próprias incubadoras, expandindo a proposta das ITCPs para outras regiões do país. No final de 1998, formou-se a rede de ITCPs, com seis incubadoras (UFRJ, UFC, USP, UFPR, UNEB, UFRPE). No ano seguinte, a Rede foi convidada a fazer parte de uma rede mais ampla, a Rede Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho (UNITRABALHO) (Cruz; et. al. 2011).

A formação da rede de ITCPs e sua integração à UNITRABALHO foram fatores fundamentais para a disseminação das ITCPs no território nacional. A UNITRABALHO, composta por pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento, operava por meio de núcleos organizados em várias universidades. O financiamento oriundo da Fundação Banco do Brasil e da FINEP, aliado ao apoio da primeira edição do PRONINC, contribuiu significativamente para a expansão do número de ITCPs no Brasil, fortalecendo a proposta da Economia Solidária em âmbito nacional. Após criada a SENAES, o PRONINC teve sua 2.^a edição e tornou-se um dos mais importantes programas da secretaria e permitiu o funcionamento de 33 incubadoras entre 2005 e 2007 (Cruz, et. al.2011).

Os princípios ético-políticos que orientam as TCPs são amplamente compartilhados e estão formalizados nos estatutos da Rede de ITCPs. Eles se fundamentam na promoção dos valores da Economia Solidária e do cooperativismo, incluindo a autogestão dos empreendimentos e a defesa de uma sociedade mais justa, democrática e menos desigual. Esses princípios consolidam as ITCPs como agentes de transformação social e de fortalecimento da Economia Solidária no Brasil (Cruz, et. al 2011).

O processo de incubação nas ITCPs é caracterizado por sua duração prolongada e sua natureza flexível, sem um prazo fixo para conclusão. Ele começa com a etapa de “pré-incubação”, na qual a incubadora e o grupo solidário se conhecem e alinham suas expectativas, definindo conjuntamente as formas de interação e colaboração. Na fase seguinte, a “incubação” propriamente dita, são realizadas atividades de assessoria e consultoria, combinadas com ações de formação que fortalecem a capacidade organizativa e técnica do grupo. Se o processo for bem-sucedido, ocorre a “desincubação”, que marca a conquista de maior autonomia pelo grupo. No entanto, essa etapa geralmente é acompanhada por uma fase de “pós-incubação”, em que os grupos ainda recorrem à incubadora para suporte pontual ou emergencial, como consultorias específicas ou intervenções em situações críticas (Cruz, et. al 2011). Esse modelo gradual e adaptativo é essencial para consolidar empreendimentos solidários sustentáveis e autônomos.

Embora a extensão universitária seja a dimensão mais evidente das incubadoras, a pesquisa desempenha um papel igualmente relevante, sendo fortemente orientada pelas demandas dos grupos incubados. Além disso, as ITCPs promovem atividades educacionais voltadas à difusão da Economia Solidária e do

cooperativismo. Notáveis em cursos de extensão abertos à comunidade, disciplinas específicas ofertadas na graduação e pós-graduação, bem como a inclusão desses temas em currículos de diversos cursos acadêmicos. A integração entre ensino, pesquisa e extensão posiciona as ITCPs como espaços inovadores e interdisciplinares, fomentando a reflexão crítica e a formação de profissionais comprometidos com as transformações sociais e econômicas promovidas pela Economia Solidária.

Essa heterogeneidade também se reflete nas equipes de trabalho. Algumas incubadoras buscam equilibrar a participação de docentes e discentes, enquanto em outras os estudantes desempenham um papel predominante ou os técnicos assumem a liderança. Em muitas instituições, o trabalho discente é remunerado por meio de bolsas de extensão ou pesquisa, além de envolver alunos voluntários. Diversas incubadoras priorizam a formação de suas equipes de intervenção, oferecendo cursos regulares de capacitação básica para os participantes do processo de incubação. Essa prática é mais comum em incubadoras onde o trabalho discente tem maior destaque, embora não seja uma prioridade em todas as instituições (Cruz, et. al 2011). Essas características refletem a flexibilidade e a adaptabilidade das ITCPs às diferentes realidades em que atuam.

Atualmente, as ITCPs têm se consolidado como importantes pólos de produção de conhecimento e reflexão acadêmica, abrangendo tanto a Economia Solidária quanto o vasto campo interdisciplinar que ela envolve. É comum que suas atividades sirvam de base para apresentações em congressos acadêmicos, demonstrando a relevância de suas contribuições para diversas áreas do saber. A disseminação de resultados é evidente por meio de livros, artigos científicos, dissertações de mestrado e teses de doutorado, que se tornaram práticas recorrentes nas incubadoras. Esse aspecto acadêmico não apenas aprofunda a compreensão teórica sobre a Economia Solidária, como também fortalece a conexão entre pesquisa e prática, posicionando as ITCPs como espaços de inovação, aprendizagem coletiva e transformação social.

CAPÍTULO 2 - CURRÍCULO DA REDE ESTADUAL PARANAENSE E O CURRÍCULO DE GEOGRAFIA

2.1 Currículo da Rede Estadual Do Paraná

O currículo é um documento de caráter normativo utilizado para estabelecer o conjunto de conhecimentos considerados essenciais na formação de crianças e adolescentes. Segundo Saviani (2013), o conceito de currículo é entendido

comumente como a relação de disciplinas ou assuntos que compõem um curso. No entanto, o autor pontua que o currículo é amplamente considerado como o conjunto de atividades, tanto materiais quanto humanas, realizadas com o objetivo de atingir determinados fins educacionais, mobilizando recursos para atingir seu objetivo central: a educação dos alunos.

Com a implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC, BRASIL, 2017), os estados do Brasil passaram a desenvolver seus próprios documentos curriculares para orientar o ensino. O processo de transposição da BNCC para o documento estadual envolve releituras e adaptações, pois há uma recontextualização do documento nacional para o contexto específico do estado. O Currículo da Rede Estadual Paranaense (CREP) foi lançado em 2019 com sua versão preliminar, tendo sua versão consolidada no ano de 2021. Conforme o site do Governo do Paraná, o CREP complementa o Referencial Curricular do Paraná: Princípios, Direitos e Orientações, detalhando os conteúdos de cada componente curricular para todos os anos do Ensino Fundamental.

A compreensão do currículo torna-se essencial, considerando a “escolarização como um sistema de bem social, em que a ação de escolarizar tem um importante papel na promoção da equidade e na compensação das diferenças sociais” (Wahlstrom, 2020, p. 4). Estudar a organização do Crep voltado para o Ensino Fundamental possibilita uma análise de seus impactos não apenas nos documentos subsequentes, como o Plano de Nivelamento, o Projeto Político Pedagógico (PPP) e o Plano de Trabalho Docente (PTD), mas também nas ações didático-pedagógicas implementadas pelos docentes em sala de aula. A compreensão das prescrições do currículo é essencial, pois ele atua como um ponto de referência que orienta e estrutura o trabalho docente, fornecendo diretrizes claras e objetivas para o planejamento e a execução das atividades educativas. (PARANÁ, 2018).

Segundo o proposto no Referencial Curricular do Paraná, o CREP assegura que os processos de ensino sejam conduzidos de maneira organizada e coerente com as necessidades educacionais dos estudantes. Ele estabelece parâmetros que buscam não apenas garantir a padronização de determinados conteúdos, mas também fomentar uma abordagem pedagógica que considere as particularidades regionais, culturais e sociais dos estudantes, proporcionando uma educação mais inclusiva e contextualizada. Essa organização curricular visa assegurar o direito de todos os alunos a um ensino de qualidade, pautado pelos princípios da igualdade e

do respeito à diversidade, garantindo que as diferenças individuais e coletivas sejam reconhecidas e valorizadas no ambiente escolar (PARANÁ, 2018).

O Referencial Curricular do Paraná, aponta que a implementação das diretrizes do CREP em cada unidade escolar busca preparar os estudantes para enfrentar os desafios contemporâneos de maneira consciente e autônoma, capacitando-os a exercer sua cidadania de forma plena. Ao promover uma formação que integra o desenvolvimento cognitivo, emocional, social e ético, o currículo assegura que os alunos não apenas adquiram conhecimentos técnicos e científicos, mas também se desenvolvam enquanto indivíduos críticos, reflexivos e preparados para contribuir positivamente para o desenvolvimento de suas comunidades e para a construção de uma sociedade mais justa e democrática. O documento explicita que:

Deve-se pensar o currículo para além dos conteúdos organizados, sistematicamente, reconhecendo outros saberes e as experiências dos estudantes para que possam fortalecer suas práticas individuais e sociais, em função de uma consciência cidadã capaz de instigar as mudanças sociais (PARANÁ, 2018, p. 12).

Nesse sentido, o professor deve atuar utilizando ferramentas que auxiliem na promoção de uma educação que vai além do simples repasse de conteúdos, promovendo o aprendizado significativo e o desenvolvimento de uma formação humana e crítica. Através de uma prática educativa que não apenas visa a transmissão de conhecimento, mas que também se preocupe com a construção de cidadãos conscientes, críticos e preparados para atuar de forma ativa e responsável na sociedade.

O documento destaca aspectos importantes, como a promoção de uma educação inclusiva, o respeito à diversidade e a valorização das particularidades regionais e culturais dos estudantes. Contudo, ao abordar essas intenções de maneira positiva, ignora algumas das limitações práticas enfrentadas no contexto educacional do Paraná. A implementação do CREP esbarra em problemas estruturais significativos, como a desigualdade de acesso à educação de qualidade e infraestrutura adequada. Além disso, o currículo proposto, embora se apresente como inclusivo e adaptado às realidades locais, muitas vezes acaba sendo aplicado de maneira padronizada, sem considerar devidamente as diversidades socioeconômicas e culturais presentes no estado. A elaboração do Referencial Curricular do Paraná parece também não ter considerado os obstáculos na prática devido à falta de

recursos pedagógicos e à sobrecarga de conteúdos exigida por avaliações externas, assim como a urgente necessidade de formação docente contínua, algo essencial para que os professores possam efetivamente aplicar metodologias que integrem as experiências dos alunos e promovam uma educação mais crítica e reflexiva.

2.1 Componente Curricular de Geografia

Conforme aponta Callai (2010), o ensino de Geografia não se limita à simples transmissão de um conjunto de temas e conteúdos programáticos. Na verdade, esse processo vai além, trata-se de ensinar aos estudantes uma forma particular de pensar, de perceber e de interpretar a realidade que os cerca. Ensinar Geografia é, primordialmente, proporcionar um modo de raciocínio que podemos chamar de pensamento geográfico, que envolve um olhar atento e uma compreensão crítica sobre o espaço. Esse tipo de raciocínio constitui uma maneira de interpretar o mundo a partir das inter-relações entre os fenômenos sociais e naturais que ocorrem na sociedade. O pensamento espacial, nesse contexto, surge como uma ferramenta cognitiva indispensável para a formação desse raciocínio geográfico. Ele permite que os indivíduos compreendam a dinâmica dos processos sociais e naturais, reconhecendo suas interdependências e a forma como se manifestam no espaço geográfico. Desse modo, o ensino de Geografia visa não apenas à memorização de fatos e conceitos, mas ao desenvolvimento de uma capacidade crítica e analítica para interpretar e interagir com a complexa realidade socioespacial que nos rodeia.

A proposta do CREP voltada ao componente curricular de Geografia contempla as unidades temáticas, os objetos de conhecimento e os objetivos de aprendizagem existentes para o 1.º ao 9.º ano do Ensino Fundamental. Onde as unidades temáticas definem a organização dos objetos de conhecimento que por sua vez se relacionam com os objetivos de aprendizagem. O componente curricular de Geografia contém cinco unidades temáticas, com avanço ano a ano dos conhecimentos geográficos. Essas unidades temáticas são: O sujeito e seu lugar no mundo; Conexões e escalas; Mundo do trabalho; Formas de representação e pensamento espacial; Natureza, ambientes e qualidade de vida. (PARANÁ, 2018).

Na unidade temática “O sujeito e seu lugar no mundo”, o enfoque principal se dá em noções de identidade e pertencimento territorial construídas a partir do espaço de vivência. De acordo com a Base Nacional Comum Curricular – BNCC (BRASIL,

2017), nos anos finais do ensino fundamental, a discussão sobre espaço é ampliada para incluir a relação do indivíduo com contextos mais amplos, englobando temas políticos, econômicos e culturais do Brasil e do mundo. Nesse sentido, o estudo da Geografia torna-se uma busca pelo lugar de cada indivíduo no mundo, valorizando tanto sua singularidade quanto sua inserção em uma categoria mais ampla de sujeito social: o cidadão ativo, democrático e solidário. Assim, os cidadãos são simultaneamente produtos de sociedades localizadas em determinados contextos históricos e geográficos, bem como agentes que moldam essas mesmas sociedades, contribuindo com suas culturas e normas.

Em “Conexões e escalas” a preocupação está na articulação de diferentes escalas de análise, possibilitando aos estudantes estabelecer relações entre local, regional e o global. Ao longo do Ensino Fundamental, os estudantes devem entender as interações multiescalares entre suas vidas familiares, seus grupos sociais e os espaços de convivência, bem como as interações espaciais mais amplas e complexas. Conexões e escalas explica a organização das paisagens, a localização e a distribuição de fenômenos e objetos técnicos, por exemplo. Nesse processo, os alunos precisam considerar as escalas temporais e as periodizações históricas, que são fundamentais para entender a formação do espaço geográfico em diferentes contextos históricos e sociais (BRASIL, 2017).

No que se refere a “Natureza, ambientes e qualidade de vida”, articula-se Geografia física e Geografia humana, com destaque para a discussão dos processos físico-naturais e suas relações com os aspectos humanos. Nos Anos Finais do Ensino Fundamental, esses conceitos se tornam mais complexos, permitindo que os estudantes estabeleçam relações mais sofisticadas, integrando aspectos da natureza, do ambiente e das atividades humanas em diferentes escalas e contextos socioeconômicos e políticos. Isso possibilita que os alunos compreendam os fundamentos naturais do planeta e as transformações causadas pelas atividades humanas na dinâmica físico-natural, tanto em áreas urbanas quanto rurais (BRASIL, 2017).

Na unidade que tem como tema as “Formas de representação e pensamento espacial”, além da ampliação gradativa da concepção do que são mapas e as demais formas de representações gráficas (cartas topográficas e croquis), incluem-se aprendizagens que auxiliam o processo de desenvolvimento do raciocínio geográfico. Conforme apontado na BNCC (BRASIL, 2017), compreender as características de

cada linguagem, suas possibilidades e limitações, permite reconhecer que esses produtos não são verdades absolutas, mas formas alternativas de representar a realidade. Nos Anos Finais, espera-se que os alunos consigam ler, comparar e criar diferentes tipos de mapas temáticos e outras representações utilizadas na análise espacial.

Por fim, na unidade temática que envolve o “Mundo do trabalho”, busca-se a compreensão das transformações socioespaciais existentes no campo e na cidade, bem como a importância das transformações urbano-industriais existentes em variados tempos, escalas e processos sociais. Segundo a BNCC (BRASIL, 2017), nos anos finais do ensino fundamental essa unidade temática ganha relevância, incorporando o processo de produção do espaço agrário e industrial em sua relação entre campo e cidade, destacando-se as alterações provocadas pelas novas tecnologias no setor produtivo, fator desencadeador de mudanças substanciais as relações de trabalho, na geração de emprego e na distribuição de renda em diferentes escalas. A Revolução Industrial, a revolução técnico-científica-informacional e a urbanização devem ser associadas às alterações no mundo do trabalho. Nesse sentido, os alunos terão condição de compreender as mudanças que ocorreram no mundo do trabalho em variados tempos, escalas e processos históricos, sociais e étnico-raciais.

Considerando as unidades temáticas voltadas aos anos finais do ensino fundamental, a possibilidade de se trabalhar sobre a temática da Economia Solidária nas aulas de geografia demonstra certa limitação frente aos conteúdos pré-delimitados pelo CREP. Contudo, buscando superar a visão da geografia escolar apoiada em memorização de determinadas informações geográficas, voltada para a simples descrição de mundo, é necessário a superação da geografia escolar da memorização. Castellar e Stefenon (2015) pontuam que professores-geógrafos devem considerar qual o papel da Geografia dentro da visão de currículo e refletir sobre os caminhos que podem ser seguidos para fazer deste campo um “um conjunto de ‘conhecimentos poderosos’ capazes de oferecer aos estudantes referenciais consistentes para a sua compreensão do mundo” (Castellar; Stefenon, 2015, p.19). Desenvolver os conteúdos articulados aos conceitos científicos e a realidade dos alunos, possibilita aos alunos o levantamento de hipóteses e situações cotidianas, contribuindo na construção do conhecimento. Portanto, o papel da Geografia é promover a habilidade de pensar teoricamente para analisar criticamente a realidade

e a espacialidade dos fenômenos naturais e sociais. Os conteúdos da Geografia devem ensinar aos estudantes uma forma de interpretar o mundo, por meio de um pensamento geográfico que os capacite a compreender a espacialidade diferenciada, bem como as origens naturais, sociais, políticas e econômicas da produção desigual do espaço (Andrade, 2018).

A Economia Solidária enquanto alternativa ao modelo capitalista tradicional pode ser abordada no contexto educacional, especialmente nas aulas de Geografia, proporcionando uma integração nas questões econômicas, sociais e ambientais de forma transversal e contextualizada. Cabral (2016) sugere que a Economia Solidária não deve ser vista apenas como uma nova maneira de organizar a economia, mas como uma postura humana que guia ações atuais e futuras. A autora utiliza da expressão "ação pedagógica-emancipatória-comprometida" apontando que a Economia Solidária possui um caráter educacional, servindo como um instrumento de transformação social. Reforça a ideia de que a Economia Solidária é um "campo privilegiado do conhecimento emancipatório", ou seja, um espaço onde as pessoas podem adquirir conhecimentos que as ajudam a libertar-se de formas de opressão social ou econômica (Cabral, 2016).

A Geografia, como ciência que estuda a relação entre o espaço geográfico e a sociedade, desempenha importante papel na compreensão das dinâmicas econômicas locais e globais. Ao explorar questões como a distribuição dos recursos naturais, as desigualdades econômicas regionais e o impacto ambiental das atividades produtivas, o ensino de Geografia permite aos estudantes uma visão mais ampla e crítica dos sistemas econômicos. Considerando os estudos de Cavalcanti e Souza (2014, p. 1), que entendem a Geografia como "disciplina capaz de formar pessoas para atuação cidadã". A Economia Solidária surge como um tema relevante para ser trabalhado nas aulas de Geografia, pois oferece uma perspectiva diferente das tradicionais abordagens capitalistas, permitindo um olhar mais humano e sustentável sobre a organização econômica.

Nas aulas de Geografia, a abordagem da Economia Solidária permite aos alunos refletir sobre como as práticas econômicas podem ser organizadas de forma a beneficiar toda a comunidade e preservar o meio ambiente. Sua inclusão pode ser feita por meio de atividades didáticas, projetos práticos e debates em sala de aula. A abordagem pode envolver o estudo de cooperativas, associações comunitárias e

outros empreendimentos solidários, especialmente em contextos locais, onde os alunos possam observar diretamente sua aplicabilidade.

Analisando o CREP de Geografia, nota-se a possibilidade de incluir discussões sobre Economia Solidária nos conteúdos do 9º ano do ensino fundamental, o qual envolve desigualdades socioeconômicas em contextos globalizados, estudo das cadeias industriais, o papel das grandes corporações e o impacto da industrialização nos diferentes territórios (Paraná, 2021). O enfoque sobre o mundo do trabalho e as transformações provocadas pela globalização, incluindo o desemprego estrutural e a urbanização, são pontos que podem ser diretamente relacionados à Economia Solidária, que busca justamente criar alternativas para a precarização do trabalho através de modelos cooperativos e sustentáveis.

Além disso, o currículo incentiva a compreensão das transformações econômicas e sociais, como o processo de industrialização e a urbanização, destacando o impacto dessas transformações no ambiente e na qualidade de vida das populações. O conceito de Economia Solidária pode ser trabalhado como uma resposta a essas transformações, promovendo práticas econômicas que valorizam o trabalho coletivo, a equidade e a preservação ambiental. As cadeias industriais e de inovação, exploradas no currículo de Geografia, podem ser contrastadas com os arranjos produtivos locais propostos pela Economia Solidária, onde as práticas produtivas são orientadas pela sustentabilidade e cooperação, em vez da exploração desenfreada de recursos naturais.

Carvalho Sobrinho (2018) argumenta que a escola e o processo de escolarização precisam avançar em direção à formação de cidadãos conscientes, reflexivos, críticos e propositivos. Nesse cenário, as práticas pedagógicas da Geografia ganham importância, especialmente no que diz respeito à formação da cidadania por meio da construção de conhecimentos geográficos baseados na realidade vivida pelos indivíduos.

Para que a Economia Solidária seja integrada ao ensino de Geografia, é fundamental que os professores adotem estratégias pedagógicas que promovam a participação ativa dos alunos. Uma dessas estratégias é o uso de metodologias ativas, como o aprendizado baseado em projetos, onde os estudantes podem desenvolver iniciativas de Economia Solidária, visitas a empreendimentos solidários, simulações de gestão autônoma em sala de aula, formas práticas de aproximar os alunos da realidade da Economia Solidária. Essas atividades permitem que os alunos não

apenas compreendam os conceitos teóricos, mas também vejam sua aplicação prática, o que torna o processo de aprendizagem mais significativo.

CAPÍTULO 3 - A INTERVENÇÃO DA IESOL NAS ESCOLAS

3.1 A Incubadora de Empreendimentos Solidários da UEPG

De acordo com o site da FINEP, as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs) são organizações responsáveis por implementar ações de incubação para Empreendimentos Econômicos Solidários, funcionando como centros de estudo, pesquisa e desenvolvimento de tecnologias voltadas à organização do trabalho, com ênfase na autogestão.

Paul Singer (2002) aponta as ITCPs como entidades universitárias multidisciplinares, integradas por professores, alunos da graduação e pós-graduação e funcionários pertencentes às mais diferentes áreas do saber. O autor, aponta os serviços de atendimento prestados pelas incubadoras aos grupos comunitários que

desejam trabalhar e produzir coletivamente, “dando-lhes formação em cooperativismo e Economia Solidária e apoio técnico, logístico e jurídico para que possam viabilizar seus empreendimentos autogestionários” (Singer, 2002, p. 123).

O relatório da SENAES (2012) pontua a importância da incubação dentro das universidades, reconhecidas nos seus trabalhos de extensão e nas atividades de ensino e pesquisa. Na atuação da incubadora ocorre trocas de conhecimentos práticos e teóricos e de uma construção compartilhada de novos conhecimentos, entre a incubadora e os grupos incubados.

Nesse sentido, a Incubadora de Empreendimentos Solidários (IESol) foi criada em 2005 como um programa de extensão da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) com ações e atividades voltadas à Economia Solidária, realizadas sob seus princípios norteadores: autogestão, democracia, solidariedade, cooperação e sustentabilidade. Tendo entre seus objetivos fomentar, organizar e consolidar Empreendimentos Econômicos Solidários na região de Ponta Grossa e dos Campos Gerais. Com o compromisso de contribuir com a constituição e consolidação da Economia Solidária (Valadão et. al., 2018).

Sua criação foi motivada pelo desejo de um grupo de pessoas, das quais muitas não estavam formalmente ligadas à UEPG, que possuíam conhecimento sobre a Economia Solidária e buscavam promover essa abordagem no município de Ponta Grossa e na região. A cidade entre 2001 e 2004 havia experimentado sua única gestão municipal que incluiu iniciativas tímidas relacionadas à Economia Solidária. Durante esse período, a Economia Solidária foi abordada em programas e os clubes de mães começaram a utilizar uma moeda social chamada "taça", como referência ao Parque Estadual de Vila Velha, um dos símbolos da cidade. Profissionais da Universidade já participavam, na época, das discussões sobre as recentes iniciativas de Economia Solidária, buscando, de forma conjunta, promover seu desenvolvimento no município, mesmo antes da criação da Incubadora (Brasil, F., Brasil, M., 2018).

Com a saída da gestão municipal que apoiava essas iniciativas, a continuidade das práticas de Economia Solidária foi comprometida. A nova administração não deu seguimento às ações anteriores, o que resultou em um retrocesso no desenvolvimento da Economia Solidária na região. Apesar disso, com o contexto nacional favorável, a Economia Solidária conseguiu espaço tanto na academia quanto em movimentos sociais e entidades públicas. Nesse contexto, o surgimento da IESol ocorreu devido à união de indivíduos com experiência prévia em Economia Solidária e, ao longo do

tempo, conquistou o apoio de pessoas que enxergaram nela a chance de se envolver e contribuir na construção de práticas e pesquisas relacionadas à ECOSOL (Brasil, F., Brasil, M., 2018).

A institucionalização do programa ocorreu a partir da Resolução do Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão nº105, de 27 de setembro de 2005, somando o movimento presente nas universidades que levantava questionamentos sobre o papel dessas instituições na solução de problemas sociais ou de grupos que procuravam alternativas para a geração de trabalho e renda, adotando uma postura crítica em relação ao sistema capitalista (Valadão et. al., 2018). No ano de sua criação, a IESol se integrou à Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (Rede ITCP) participando por um processo de formação com a ITCP/UFPR que visava a incubação de incubadoras, fundamental para estruturar a IESol e ampliar sua capacidade de atuação.

Desde sua criação, a IESol tem se dedicado a promover a Economia Solidária, não apenas como uma alternativa econômica, mas como uma proposta que busca transformar as relações sociais e econômicas, reunindo pessoas de diversas áreas do conhecimento e com diferentes níveis de experiência, incluindo servidores e alunos da UEPG, além de cidadãos e cidadãs que não são formalmente ligados à instituição, mas que compartilham o objetivo de conhecer e divulgar a Economia Solidária como uma prática viável.

Conforme apresentado no site da IESol, sua trajetória é norteada pela busca em sedimentar e ampliar sua atuação, contando portanto, com equipes multidisciplinares de trabalho formadas por professores(as), funcionários(as), estagiários(as), bolsistas e voluntários(as) que atuam no diálogo fundamental entre universidade e comunidade.

A gestão interna da Incubadora é baseada nos princípios da autogestão, promovendo uma estrutura colaborativa e participativa. A equipe da IESol é dividida em duas principais categorias: equipes de incubação e núcleos temáticos, ambos formados por adesão voluntária. As Equipes de Incubação são responsáveis por planejar, executar e avaliar o trabalho com os EES. Cada equipe conta com a supervisão de um técnico graduado e a participação de estagiários, que são alunos de graduação. O foco principal dessas equipes é apoiar e assessorar os grupos na geração de trabalho e renda.

Os núcleos são compostos de forma semelhante, com adesão voluntária e multidisciplinar. Eles têm como objetivo realizar ações transversais que atendem a demandas mais gerais da IESol. Esses núcleos podem abordar diferentes temas e áreas de interesse, contribuindo para a diversidade de ações da incubadora. Tanto as equipes quanto os núcleos possuem sua agenda de atividades, havendo um momento semanal em que todos os membros se reúnem. Essas reuniões são divididas entre reuniões gerais, onde são tomadas decisões coletivas e discutidos informes, e encontros de formação, que têm como objetivo o desenvolvimento contínuo das habilidades e conhecimentos dos participantes.

Considerando como objetivo principal da IESol a incubação de EES, a qual envolve três fases: a pré-incubação, a incubação e a desincubação, desde sua criação a incubadora acompanhou 30 grupos distribuídos em áreas urbanas e rurais de nove municípios, incluindo Ponta Grossa, Ortigueira, Tibagi, Ipiranga, Porto Amazonas, Piraí do Sul, Curitiba, Castro e Irati. Em sua maioria, são grupos que atuam nas áreas de artesanato, alimentação, reciclagem, serviços e assentamentos rurais, e participa ou participou do processo de incubação, com um acompanhamento que varia entre sistemático e intermitente em alguns casos (Valadão et. al, 2018).

Além do trabalho de incubação, a IESol desenvolve iniciativas que envolvem diversas atividades voltadas à promoção da Economia Solidária. Entre essas ações, destacam-se a organização de feiras solidárias dentro da UEPG, a criação de clubes de trocas, formações, palestras, eventos e a oferta de cursos de extensão específicos sobre o tema. Embora a incubação de EES permaneça no centro de suas atividades, a IESol busca expandir seu alcance para um público mais amplo, o que ocorre nas ações desenvolvidas nas escolas.

3.2 Atuação da IESol nas escolas

Com base na organização interna da IESol em núcleos e equipes, o núcleo de escolas surgiu como parte de uma reformulação metodológica da incubadora, com o objetivo de expandir suas atividades e se aproximar de um público diferente, especificamente crianças e adolescentes. Essa iniciativa foi motivada pela necessidade de levar os princípios da Economia Solidária para o ambiente escolar, promovendo a educação e a sensibilização sobre o tema desde cedo. A criação do núcleo de escolas foi uma das mudanças implementadas pela reformulação

metodológica da IESol após a aprovação de projetos em 2013, que incluíam parcerias com programas como o PRONINC e o PROEXT (Programa de Extensão Universitária). Essa reformulação visava diversificar as ações da IESol e atender a novas demandas, a partir dela surgiram os núcleos temáticos (Brasil, F., Brasil, M., 2018).

O núcleo foi concebido com intuito levar a Economia Solidária a escolas públicas e particulares do ensino fundamental e médio, viabilizando a IESol de se aproximar de um público diferente do habitual. A ideia era despertar o interesse dos alunos por meio de atividades lúdicas e participativas, em vez de abordagens tradicionais de ensino. A primeira parceria do núcleo de escolas foi com o Colégio Marista Santa Mônica, onde a equipe da IESol trabalhou em conjunto com a professora de história do ensino fundamental (Brasil, F., Brasil, M., 2018).

A colaboração da professora com a equipe foi fundamental para adaptar o conteúdo às necessidades e interesses dos alunos, visto que havia uma preocupação por se de um público-alvo diferente do habitual, utilizando-se de métodos que privilegiassem a participação ativa dos estudantes, como dramatizações, clubes de trocas e visitas a empreendimentos incubados. Essas atividades foram projetadas para tornar o aprendizado sobre Economia Solidária mais acessível e envolvente (Brasil, F., Brasil, M., 2018).

Um dos materiais desenvolvidos pela IESol para atuar nas escolas foi o um jogo de Economia Solidária, cujas regras envolviam o trabalho coletivo, inexistência de competitividade, elaboração de estratégias em conjunto e a solidariedade entre os jogadores. O jogo é composto por um tabuleiro, dados, bonecos e fichas de ações e perguntas, tendo como objetivo o trabalho conjunto para reunir o maior número de bonecos solidários e conseguir a peça “mundo” através das fichas ou chegando ao final do tabuleiro para montar o símbolo da Economia Solidária (Figura 1). A proposta do jogo possibilita que a cada ficha de pergunta respondida os alunos aprendam sobre Economia Solidária e despertem interesse sobre o tema.

FIGURA 1 – Símbolo da Economia Solidária



Fonte: Site Fórum Brasileiro de Economia Solidária

Considerando a faixa etária dos grupos escolares utilizar de instrumentos lúdicos, como jogos e dinâmicas proporcionam um melhor envolvimento dos alunos sobre a temática a ser tratada. O jogo de Economia Solidária é uma das possibilidades de unir a discussão sobre ECOSOL com instrumentos lúdicos, facilitando o entendimento dos alunos e incentivando uma participação ativa, permitindo que os alunos compreendam o conceito e o funcionamento da Economia Solidária de maneira interativa e participativa.

3.3 IESol no Colégio Estadual Professor Meneleu Almeida Torres

Ao incluir a Economia Solidária nas escolas, denota-se o papel que esta pode refletir na formação de cidadãos mais conscientes, empáticos e reflexivos. Na perspectiva freireana de educação, a análise das situações existenciais concretas e das suas dimensões significativas contribui para a inserção dos indivíduos na forma crítica de pensar o mundo. Considerando a inclusão de conceitos e práticas de Economia Solidária no ensino de Geografia, como podem ser desenvolvidas e implementadas, a IESol se torna uma possibilidade de apresentar a ECOSOL ao público escolar, pensando em uma formação voltada a uma percepção mais crítica e mais propositiva da sociedade.

Nesse sentido, a partir de ações desenvolvidas pela IESol no Colégio Meneleu despertou-se o interesse em analisar a motivação por parte do professor de Geografia do Colégio em incluir a temática nas aulas, e verificar a compreensão dos alunos frente às ações desenvolvidas pela equipe da IESol, na qual atuei como acadêmica

extensionista. Buscando entender qual prática de Economia Solidária mais chama a atenção do público escolar e como eles associam os conteúdos de geografia com o assunto da Economia Solidária. Proporcionando um retorno das ações da Incubadora na escola com uma reflexão sobre a inclusão do tema nas aulas de Geografia.

Para tanto, foi realizada a coleta de dados a partir de uma entrevista semiestruturada realizada com o professor de Geografia e um questionário aplicado aos alunos do 9º ano do ensino fundamental. O recorte da aplicação do questionário somente aos alunos do 9º ano se deu pela relação entre os conteúdos aplicados ao 9º ano do fundamental presentes no CREP (2021) e a temática da ECOSOL, viabilizando de forma mais adequada a inclusão de Economia Solidária nas aulas, podendo ser estabelecida a partir de conteúdos voltados ao recorte “Mundo do trabalho” delimitado pelo currículo.

O contato do professor com a Incubadora em 2024 ocorreu a partir da solicitação de uma reunião do professor com a equipe da IESol para discutir as possibilidades de parceria entre a Incubadora e o Colégio. A partir desse contato, o núcleo de escolas ficou responsável pela demanda do professor e realizou uma reunião no Colégio, onde foi discutido sobre as possibilidades de atuação e a disponibilidade da equipe e do professor para planejar as atividades. Devido aos prazos de projetos e rotatividade de estagiário na Incubadora, os quais dependem de projetos e bolsas, foi elaborado um planejamento contemplando as turmas que o professor leciona. Diante da dificuldade de encontros com as turmas do ensino médio no período matutino, ficou definido a realização das atividades com os 6º, 7º e 9º ano do ensino fundamental durante as aulas de Geografia.

O planejamento definido pela equipe da IESol envolvia formações teóricas sobre Economia Solidária e seus princípios, moeda social, a atuação da IESol e clubes de trocas. Com as falas adaptadas a cada faixa etária, relacionando com conteúdos das aulas de Geografia sempre que possível.

As formações eram realizadas com as turmas uma vez na semana, na segunda-feira durante as aulas de Geografia, contando também com professores de outras disciplinas quando era necessário mais de uma aula por tarde, todas seguiram o mesmo padrão de planejamento das falas, sendo apenas adaptado o vocabulário ideal para cada faixa etária. O primeiro momento contava com uma apresentação da equipe da IESol seguido de uma dinâmica denominada de “Abismo”. Nessa dinâmica os alunos deveriam atravessar uma linha feita com fita colada no chão e falar seu

nome, a linha representava um abismo que a turma deveria atravessar. Cada aluno devia atravessar a linha de uma forma diferente para não “cair no abismo”, contudo enquanto os primeiros a atravessar tinham mais facilidade, os últimos ficavam sem ideias de como pular o abismo, contando com ajuda dos colegas para terem ideias. O intuito da atividade era demonstrar o poder da coletividade e da solidariedade dos alunos com seus colegas, a partir da ajuda com ideias para atravessar o abismo de forma diferente ou da capacidade de pensar em conjunto com a turma a melhor forma para atravessar o abismo. Ao final da dinâmica, a equipe da IESol explicava a ideia por trás da atividade atrelada aos princípios de cooperação e solidariedade, exemplificando que os alunos poderiam ter dado as mãos e passados todos juntos, de forma coletiva e sem a necessidade reinventar uma maneira para cada um atravessar, tornando a ação mais fácil. A proposta traz uma reflexão sobre como o trabalho colaborativo em equipe pode proporcionar o alcance de objetivos comuns de forma mais efetiva, contrariando os princípios do individualismo.

Após a dinâmica, os alunos eram apresentados ao conceito de Economia Solidária e aos seus princípios utilizando-se de slides e da própria dinâmica realizada, promovendo uma reflexão sobre a diferença da Economia Tradicional, fundamentada no modo de produção capitalista, e a Economia Solidária, pautada na solidariedade, autogestão, cooperação e sustentabilidade. Para falar sobre moeda Social, a qual diz respeito a uma forma de moeda paralela instituída e administrada por seus próprios usuários, com sua circulação baseada na confiança mútua dos usuários, participantes de um grupo circunscrito por adesão voluntária (Soares, 2009), foi apresentada aos alunos a moeda social de Ponta grossa, denominada de “taça” que circulou na cidade em períodos onde a Economia Solidária tinha mais visibilidade no município. Ao abordar o assunto sobre moeda social eram realizadas analogias ao sistema capitalista e relacionado com as experiências dos alunos ao frequentar o shopping e consumir produtos de empresas transnacionais, relacionando com conteúdos trabalhados nas aulas de Geografia. Exemplificando a utilização da moeda social, era apresentado um vídeo reportagem sobre a moeda social “Capivari”, da cidade de Silva Jardim, no Rio de Janeiro. No vídeo é demonstrado a utilização da moeda social e seu impacto na economia local.

O diálogo entre a Economia Solidária e o público jovem de crianças e adolescentes promove um leque de possibilidades de intervenções na área lúdica, avançando nos processos de reflexão de um mundo mais justo e solidário. Conforme

apontado por Gusso e Schuartz, “quanto maior o número de atividades lúdicas inseridas nas atividades pedagógicas, maior será o envolvimento da criança com o conhecimento trabalhado” (Gusso e Schuartz, 2005, p. 239).

A utilização de dinâmicas nas formações sobre ECOSOL é uma das metodologias utilizadas pela equipe do Núcleo de Escolas buscando maior participação ativa dos alunos, tornando o assunto mais atraente e servindo de estímulo para a compreensão por parte dos alunos. Além da dinâmica do abismo realizada no início de cada formação, realizava-se também uma dinâmica ao final da fala, intitulada “Dinâmica do corpo humano”, onde a turma era dividida em grupos com a tarefa de desenhar uma parte do corpo humano designado pela equipe da IESol: cabeça, pernas, pés, braços e tronco. Após todos os grupos entregarem seus desenhos era montado um ser humano, devido a divisão das partes por grupo o desenho ficava desproporcional. A reflexão que se realizava pautava-se em como a sala enquanto um grupo unido elaboraria um desenho muito mais proporcional do que dividida em grupos, reforçando a ideia de cooperação, trabalho coletivo e autogestão, pois todos deveriam tomar as decisões sobre o desenho.

Evidenciando a prática da Economia Solidária, a equipe realizava ao final uma fala sobre a incubadora da UEPG e os grupos que está incuba e presta assistência, trazendo exemplo da Feira de Economia Solidária (FESU) realizada na UEPG, e das ações que a IESol realiza para com a comunidade de Ponta Grossa. Abordando também o clube de trocas como uma forma de se vivenciar a Economia Solidária, para Singer (2000), essas iniciativas representam uma inovação na Economia Solidária, constituindo alternativas criadas pela população para resistir à recessão econômica, pois permitem a troca de bens e serviços entre os membros do próprio grupo.

Considerando o público das escolas, os clubes de trocas são importantes formas de atuação da Economia Solidária, compreendendo o significado e propósito do clube nas práticas de ECOSOL, correlacionando com assuntos voltados ao conceito de sociedade do consumo e obsolescência perceptiva. Desse modo, ao final de cada apresentação a equipe convidava os alunos a participarem de um clube de trocas entre as turmas que receberam a formação da IESol (6º, 7º e 9º), para que estes vivenciassem na prática a ECOSOL compreendendo o propósito do clube de trocas no campo da Economia Solidária. Os clubes de trocas promovem a circulação de bens materiais e imateriais, a troca possibilita a partilha, funcionando como um contraponto ao egoísmo, ao individualismo e ao medo (Carneiro; Bez, 2011).

A prática do clube de trocas no Colégio foi a última ação realizada pela IESol. A prática envolveu todas as turmas que passaram pela formação teórica sobre ECOSOL, iniciada com uma breve retomada do conceito de Economia Solidária e de clube de trocas, relacionando a prática com o consumo consciente e a sustentabilidade, em conjunto com o 12º objetivo de desenvolvimento sustentável (ODS) “Consumo e produção sustentável”.

A realização do clube de trocas no Colégio obteve boa adesão por parte dos alunos que levaram os mais variados objetos para realizarem a troca com os colegas. A iniciativa foi bem recebida não só pelos estudantes, mas também pelos professores de diversas disciplinas, e pela coordenação do colégio que desempenhou um papel central na organização e logística do clube de trocas, garantindo que as atividades ocorressem de forma ordenada e que todos os participantes tivessem oportunidade de compartilhar seus itens e histórias. Esse envolvimento coletivo ajudou a criar um ambiente de colaboração e solidariedade.

Além de promover uma reflexão importante sobre o consumismo e o descarte de objetos em bom estado, o clube de trocas também contribuiu para a sensibilização dos alunos sobre a reutilização de recursos. Ao perceberem quantos itens, ainda em ótimo estado de funcionamento, estão esquecidos em suas casas, os alunos puderam refletir sobre a necessidade de prolongar a vida útil desses objetos, evitando o desperdício e promovendo a sustentabilidade. Este ato de solidariedade, ao oferecer algo que já não tem utilidade pessoal, mas que pode ser valioso para outra pessoa, fomentou entre os estudantes um senso de responsabilidade compartilhada e consciência social.

Outro aspecto positivo do clube de trocas foi a oportunidade de socialização que ele proporcionou entre alunos de diferentes turmas. Desse modo, as trocas não se limitaram aos objetos, ocorrendo também uma troca de experiências entre os participantes, onde alunos de diferentes idades e com diferentes interesses interagiram de maneira mais próxima.

A experiência do clube de trocas contribuiu para superar limites entre o ensino formal e a atividade prática, ao demonstrar que lições importantes sobre consumo consciente, sustentabilidade e solidariedade podem ser aprendidas não apenas a partir da teoria. Os alunos vivenciaram na prática a ideia de que a economia pode ser colaborativa e que o valor de um objeto não está apenas em seu preço de mercado, mas na utilidade que ele pode ter para diferentes pessoas. O sucesso do clube de

trocas evidencia a importância de incorporar práticas educativas que extrapolam o ambiente de sala de aula e estimulam a interação entre diferentes segmentos da comunidade escolar, podendo ser replicadas e ampliadas para incluir a participação das famílias e da comunidade local, expandindo práticas de Economia Solidária.

Durante cada formação realizada com as turmas os alunos eram instruídos sobre como a ECOSOL pode ser praticada dentro das escolas, com exemplos de arrecadação de dinheiro para formatura, viagem ou saídas de campo, a partir da formação de um grupo de Economia Solidária, a criação de uma moeda social do colégio e da comunidade escolar, além da prática dos clubes de trocas.

O intuito do Núcleo de Escolas dentro da IESol visa não apenas ensinar os jovens sobre a Economia Solidária, mas também capacitá-los a se tornarem multiplicadores do conhecimento em suas comunidades escolares, fomentando uma cultura de solidariedade e cooperação entre os estudantes, contribuindo para a formação de cidadãos mais conscientes e engajados socialmente. Reforçando a ideia das crianças como agentes de transformação social, como aponta Gusso e Schuartz, “Diante do mundo de hoje em que a criança também é agente de transformação social, a concepção de criança dada por educadores e estudiosos da infância, destaca a ideia da participação ativa dela na sociedade” (Gusso e Schuartz, 2005, p. 238).

3.3.1 Entrevista com o professor de Geografia

Buscando entender quais foram as motivações do Prof. João Paulo Camargo ao convidar a IESol para desenvolver formações sobre ECOSOL no Colégio, realizou-se uma entrevista com o mesmo, a qual foi gravada e transcrita para análise. A partir do método de análise de conteúdo proposto por Bardin, foram delimitadas unidades de sentido, definidos pelas seguintes categorias: histórico e conhecimento da Economia Solidária; desafios na inclusão da Economia Solidária no ensino; relação entre Geografia e Economia Solidária; propostas pedagógicas e impacto no desenvolvimento crítico dos alunos. Tendo como objetivo da análise da entrevista entender as percepções e motivações do professor em relação à introdução da ECOSOL no ensino de Geografia, bem como os desafios e as estratégias sugeridas por ele.

Conforme relatado na entrevista, o histórico do professor com a ECOSOL vem desde a década de 1990, em sua participação em grupos ambientalistas e,

posteriormente, em sua formação acadêmica em geografia. Sua trajetória de mais de 30 anos acompanhando a ECOSOL demonstra o interesse e conhecimento do professor sobre o tema, sendo uma de suas motivações em levar a ECOSOL para o ambiente escolar:

A Economia Solidária eu particularmente conheci quando eu fazia parte do grupo Ecológico dos Campos Gerais lá no início dos anos 1990, como o grupo Ecológico era envolvido com as entidades ambientalistas, dentro dessa entidades tinha o pessoal que já trabalhava com Economia Solidária nessa época, então a são 30 anos que eu acompanho a Economia Solidária [...] é um conteúdo da área da Geografia, então sempre abordamos a questão da Economia Solidária. (Camargo, 2024)

Na entrevista o professor apontou que seu interesse na atuação da IESol no Colégio foi motivado pela ideia de implementar um projeto de Economia Solidária com os alunos. Seu desejo era envolver todo o Colégio nesse projeto, com objetivo de que os alunos conhecessem o que é a Economia Solidária e que pudessem incorporar esse conhecimento em seus projetos, levando adiante a ideia. Contudo, no que tange aos desafios na inclusão da ECOSOL no ensino, o professor destaca as dificuldades de implementar projetos devido ao caráter "engessado" do sistema educacional. Ele menciona a rigidez do currículo e a pressão por avaliações externas, como a Prova Paraná, que limitam a flexibilidade e o tempo necessário para o desenvolvimento de projetos mais amplos e interdisciplinares. Essa realidade impede que temas como a ECOSOL sejam devidamente abordados de forma profunda durante as aulas, permanecendo em segundo plano nos conteúdos de Geografia:

A ideia era desenvolver um projeto de Economia Solidária com os alunos, a proposta era conseguir envolver toda a escola, mas sabemos da dificuldade que a escola tem de se organizar, o problema é que o modelo de ensino é engessado, a gente tem que cumprir uma certa grade curricular e as avaliações externas como a prova Paraná, isso acaba atrapalhando se você quer desenvolver um projeto. Mas inicialmente eu queria que os alunos conhecessem o que é a Economia Solidária e eles implantassem em seus projetos dos países e levassem adiante a ideia da Economia Solidária. (Camargo, 2024)

Por outro lado, quando questionado sobre a relação entre Geografia e Economia Solidária, o professor enfatiza que a Geografia é uma das disciplinas mais adequadas para integrar a ECOSOL ao ensino, por esta abordar diretamente as questões de organização espacial, social e econômica, o que permite discutir

alternativas ao modelo capitalista. Ele pontua que a Geografia é a disciplina mais estruturada para promover o pensamento crítico sobre as diversas formas de organização econômica, possibilitando que os alunos compreendam as múltiplas dimensões das relações humanas e econômicas:

Acho que a geografia ela consegue se inserir em qualquer tema e ela consegue demonstrar a importância de qualquer área do conhecimento porque o objeto de estudo da geografia é o espaço geográfico, e entender esse espaço geográfico sob diferentes óticas é o papel da geografia e a Economia Solidária é uma das outras formas de você desenvolver economia, mostrar para os alunos que existem outras formas de estabelecer relações comerciais e que nós estamos moldados dentro de um modelo capitalista baseado no valor monetário, no dinheiro. Então pra que eles tenham outras formas de visão e geografia eu creio que é fundamental, ou pode se dizer que é o componente curricular mais estruturado para trabalhar a questão da Economia Solidária. (Camargo, 2024)

Quanto às propostas pedagógicas, quando perguntado sobre as maneiras que a economia solidária pode ser introduzida no currículo escolar, o professor sugere que a temática seja implementada por meio de projetos práticos e atividades participativas. Ele acredita que a criação de uma moeda social escolar ou a organização de clubes de trocas seriam formas eficazes de envolver os alunos de maneira prática e direta com os princípios da ECOSOL. O professor também menciona a importância de estabelecer parcerias com organizações externas, como a IESol, para fornecer suporte teórico e prático aos projetos desenvolvidos na escola. Embora os conteúdos de Geografia no currículo atual abordem a economia, principalmente sob uma perspectiva capitalista e economicista, o professor vê a ECOSOL como uma oportunidade de apresentar aos alunos um outro modelo econômico, mais voltado à cooperação e à sustentabilidade. No entanto, reconhece que o espaço para tratar a ECOSOL de forma ampla é limitado aos conteúdos já prontos da Secretaria de Educação. Ele sugere que, mesmo com essas limitações, os projetos seriam o caminho mais eficaz para introduzir a ECOSOL, porque incentivam a prática, o envolvimento e a aplicação direta dos princípios:

Os conteúdos agora já vêm prontos da secretaria da educação, mas sempre aborda a questão econômica só dentro daquele viés economicista e voltado para o sistema capitalista, é em algum ou outro momento que fala-se sobre Economia Solidária, mas bem breve em alguns conteúdos, então o ideal seria desenvolver projetos. Eu acredito mais nos projetos como forma de incluir a Economia Solidária, porque no projeto você necessariamente tem que fazer algo prático e aí você consegue mais envolvimento, mas eu creio então que

através de projetos seria um meio de implantar a Economia Solidária e criar momentos durante o ano em fazendo com que a Economia Solidária se torne mesmo uma cultura dentro da escola, isso seria uma das propostas de desenvolver projetos. (Camargo, 2024)

Ele destaca alguns conteúdos de Geografia que podem ser articulados com a ECOSOL, fornecendo oportunidades para introduzir o tema ao conteúdo das aulas, como agricultura familiar, globalização, sustentabilidade e outros voltados à temática do mundo do trabalho. O professor aponta também a possibilidade de trabalhar sobre ECOSOL em outras disciplinas, como projeto de vida e educação financeira, porém expõe a falta de conhecimento sobre o assunto por parte dos professores:

Quando você trabalha agricultura familiar, dá pra aproveitar e especificar a Economia Solidária como parte da agricultura familiar, mas em termos de número de aulas e de conteúdo ainda esse tema é relativamente pequeno em relação a importância e considerando que é próximo da realidade dos alunos. Quando for trabalhar sobre o desenvolvimento do capitalismo também tem essa possibilidade, que daí trabalha outros sistemas, mas como é pouco debatido a Economia Solidária nas escolas a maioria dos professores de geografia não estão atentos a esse tema, assim como das outras áreas, aqui no colégio tem educação financeira e eu não sei se eles abordam alguma coisa sobre isso, acredito que deveria, em projeto de vida tem a possibilidade de trabalhar porque daí tem a questão do trabalho cooperativo, colaborativo, que dá pra encaixar a questão da Economia Solidária, mas também não vem nada específico, depende muito do professor, e aí como a gente fala o conteúdo está engessado e ele é voltado para as avaliações externas. (Camargo, 2024)

A fala do professor ressalta a falta de espaço para discutir a Economia Solidária nas escolas, tanto por parte dos professores de geografia quanto de outras áreas, muitas vezes associada ao fato de a maioria dos professores não estarem familiarizados ou atentos ao tema. Reforçando a crítica de que o currículo focado em cumprir diretrizes rígidas e em preparar os alunos para avaliações externas, limitando a autonomia dos professores para incluir outros temas. Esse cenário torna mais difícil para os educadores explorarem temas que, apesar de importantes, não estão formalmente contemplados no currículo.

Para o professor entrevistado, os projetos sobre ECOSOL podem fazer com que os alunos vivenciem uma cultura de ECOSOL dentro da escola, criando momentos práticos que reforcem essa cultura durante o ano. Ao fazer isso, seria possível fomentar um maior engajamento dos estudantes e permitir que eles entendam a Economia Solidária em um nível mais profundo, indo além da teoria. A proposta do professor revela uma visão crítica sobre a forma como o ensino é

estruturado, destacando a necessidade de flexibilizar o currículo para incluir práticas pedagógicas que tragam maior significado para os alunos. Ele enxerga nos projetos uma maneira de romper com essa limitação, permitindo que os alunos experimentem a Economia Solidária de forma prática e contextualizada. Essa abordagem é coerente com a pedagogia crítica de Paulo Freire, na qual o aprendizado é construído a partir da realidade dos alunos e envolve sua participação ativa.

Sobre a inclusão de estudos de caso ou exemplos práticos de Economia Solidária, o professor afirma que já incorpora a ECOSOL em suas aulas, particularmente ao trabalhar questões relacionadas à sustentabilidade, objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS) e tratamento de resíduos. Ele considera a ECOSOL uma parte essencial dessas discussões, uma vez que o conceito de ECOSOL está intrinsecamente ligado à busca por soluções sustentáveis para a economia e o meio ambiente. O professor também menciona que cita a IESol como um exemplo prático de Economia Solidária, apresentando aos alunos um modelo concreto que eles podem observar na própria cidade:

Sim, como nós trabalhamos também a questão da sustentabilidade, dos objetivos de desenvolvimento sustentável, da questão dos tratamentos dos resíduos, então dentro desse contexto a Economia Solidária é parte integrante, já faz parte do discurso da geografia nas aulas que eu ministro, sempre cito o caso da IESol como um dos modelos que nós temos de divulgação e o fato de termos trazidos a IESol ao colégio. (Camargo, 2024)

A respeito das ações realizadas pela IESol no colégio utilizando de dinâmicas e atividades práticas enquanto metodologias que buscam melhor compreensão por parte dos alunos o professor respondeu de forma afirmativa, reconhecendo que são alternativas úteis no contexto do ensino fundamental e médio, onde os alunos respondem bem a abordagens mais interativas e participativas. Ele sugere que atividades práticas têm o potencial de tornar o ensino da Economia Solidária mais envolvente e acessível para os estudantes, principalmente porque promovem a participação ativa dos alunos e a aplicação dos conceitos na prática. O professor aponta como proposta o envolvimento dos pais e da comunidade, como em eventos de bazares realizados no colégio, reforçando o engajamento coletivo e a criação de uma Economia Solidária no âmbito escolar.

No entanto, o professor ressalta novamente que a ECOSOL melhor contemplada por meio de um projeto permanente ou de longa duração, no qual os

alunos pudessem acompanhar o processo do início ao fim. Ele destaca que essa continuidade seria essencial para garantir que o projeto tivesse impacto real, e que os alunos não apenas aprendessem os princípios da ECOSOL, mas também pudessem vivenciá-los. Ele menciona a possibilidade de a IESol ajudar a estruturar esse projeto, oferecendo suporte para que ele se estabeleça como uma cultura escolar:

O ideal assim como professor seria um projeto, que a IESol pudesse desenvolver um projeto permanente ou mais longo em que os alunos consigam ver o início meio e fim, ou que esse fim seja na verdade a continuidade, que a IESol de um impulso para que se estabeleça como uma questão cultural no colégio, até por exemplo criando uma própria moeda envolvendo os alunos ou a comunidade do entorno do colégio [...] mas as práticas, os jogos, as dinâmicas isso sem dúvida é importante, principalmente no contexto de sala de aula e de ensino fundamental e médio. (Camargo, 2024)

Ao abordar o impacto da inclusão da Economia Solidária no ensino de Geografia na questão do desenvolvimento de habilidades críticas e cidadãos dos alunos, o professor reforça que a inclusão da Economia Solidária no currículo escolar pode desempenhar um papel crucial no desenvolvimento do senso crítico dos alunos. Ele acredita que a Economia Solidária oferece uma visão de mundo alternativa ao eurocentrismo e ao capitalismo, incentivando os alunos a pensar de forma mais sistêmica e complexa sobre as relações econômicas e sociais, rompendo com a visão mecanicista e estreita que muitas vezes é promovida no ambiente escolar. Ao adotar essa abordagem, o ensino de Geografia poderia contribuir para a formação de cidadãos mais conscientes e engajados, capazes de questionar as estruturas sociais e econômicas que moldam suas vidas. O professor também destaca que a Geografia, ao lidar com a complexidade ambiental e social, é o caminho mais fácil para integrar essa abordagem ao ensino. Ao estudar o espaço geográfico e suas múltiplas dimensões, os alunos podem ser levados a pensar criticamente sobre as diferentes formas de organização econômica e social:

Então a Economia Solidária seria uma forma de desenvolver tudo isso, as habilidades, o senso crítico dos alunos e a geografia é o caminho para que faça essa ligação da Economia Solidária na formação de um cidadão mais crítico, um cidadão com outras possibilidades de visão de mundo, a geografia tem esse papel que é inerente da geografia escolar, desenvolver esse aspectos e mostrar as outras formas de relações nas suas múltiplas dimensões, sejam econômicas, sociais ou culturais, rompendo um pouco o tal do eurocentrismo, essa visão que eu vejo que ainda é mecanicista dentro

da escola, uma visão pouco sistêmica, e a Economia Solidária tem essa possibilidade, esse viés que a gente pode introduzir outras abordagens utilizando o termo e as práticas da Economia Solidária. Então veja, a geografia é o caminho mais fácil para introduzir essa abordagem da Economia Solidária dentro de uma perspectiva da complexidade por exemplo, da complexidade ambiental. (Camargo, 2024)

O professor vê a Economia Solidária como uma ferramenta capaz de fomentar o desenvolvimento de cidadãos mais críticos e engajados, indo além de apenas um conteúdo escolar, mas como um meio de sensibilização social que permite aos alunos questionar as estruturas econômicas tradicionais e buscar soluções mais inclusivas. A conexão entre ECOSOL e geografia é apresentada como natural, uma vez que a disciplina já trabalha com questões sociais e ambientais que podem ser diretamente relacionadas à Economia Solidária.

3.3.2 Questionário aplicado aos alunos

O questionário foi aplicado presencialmente à turma do 9º ano do ensino fundamental, sendo composto por 12 questões alternativas e um espaço para sugestão. O recorte da turma foi escolhido devido à maior proximidade dos conteúdos com temas relacionados à Economia Solidária e a capacidade cognitiva dos alunos em relacionar a temática com os conteúdos vistos em sala de aula. O questionário foi aplicado à turma toda, que contava com 26 alunos. Dois dos vinte e seis alunos foram transferidos de outras escolas e não participaram das atividades desenvolvidas pela IESol, mas responderam o questionário. Proporcionando uma análise em torno de alunos que nunca tiveram contato com a Economia Solidária e alunos que participaram das formações da IESol.

Partindo da compreensão geral sobre a Economia Solidária, 24 dos 26 alunos reconheceram a Economia Solidária como um modelo econômico que valoriza a cooperação, autogestão e solidariedade entre seus membros. Os outros dois alunos alegaram não terem participado das atividades realizadas com a IESol, eram alunos transferidos de outras escolas, e com base em suas concepções próprias sem o conhecimento sobre o tema, ambos relacionaram a Economia Solidária com uma economia voltada para grandes empresas. O resultado da primeira questão demonstra que os alunos que passaram pela formação compreenderam os princípios centrais da Economia Solidária e sua diferenciação com a economia tradicional. Isso sugere que a apresentação teórica foi clara e compreendida pelos alunos. Além de

reforçar a importância do tema nas escolas, ao considerar as respostas obtidas dos alunos que não estavam nos dias de formação, por serem alunos transferidos de outras instituições demonstra como o tema é muitas vezes desconsiderado ou desconhecido por parte dos professores.

Em relação à segunda questão, sobre os objetivos da Economia Solidária, 25 dos 26 alunos associaram corretamente o principal objetivo à distribuição justa de renda e inclusão social, demonstrando uma compreensão de como a Economia Solidária visa combater as desigualdades. Um dos alunos considerou como objetivo da Economia Solidária o desenvolvimento de grandes indústrias, sendo este o mesmo aluno que não participou da formação sobre ECOSOL e que considerou a Economia Solidária como uma economia voltada para grandes empresas. Possibilitando a concepção de que muitas vezes ao discutir sobre a temática de economia, aqueles que não conhecem outras formas de geração de renda, como a economia solidária, acabam relacionando o tema a economia tradicional, voltada a grandes empresas.

Considerando a Economia solidária como alternativa ao combate das desigualdades sociais, 14 alunos responderam que a ECOSOL pode ser uma ferramenta eficaz para reduzir as desigualdades sociais, enquanto outros 7 acreditam que pode ser eficaz em certa medida, dependendo da implementação. Os outros 5 alunos reconheceram a Economia Solidária como uma alternativa, porém reconhecendo a necessidade de políticas públicas para apoiar seu desenvolvimento, uma visão realista de que iniciativas de ECOSOL necessitam de um contexto mais amplo de apoio governamental e institucional para serem bem-sucedidas.

Na questão sobre o principal objetivo da moeda social, 20 alunos associaram a moeda social à promoção da circulação de recursos dentro da comunidade e ao fortalecimento do comércio local. Demonstrando uma compreensão de como a moeda social é usada para fomentar economias locais e incentivar a autossuficiência comunitária, com base na ECOSOL. Os outros 6 alunos consideraram como principal objetivo da moeda social estimular o uso de bancos tradicionais. Para estes alunos, a compreensão sobre a diferença de bancos tradicionais e bancos comunitários, os quais prestam serviços de Economia Solidária através das moedas sociais, pode não ter ficado clara, resultando em uma associação que não condiz com o objetivo da moeda social.

Sobre o impacto da moeda social no desenvolvimento de uma comunidade, 22 alunos identificaram que a moeda social ajuda a manter o dinheiro circulando dentro

da própria comunidade. Essa percepção reflete o entendimento da importância da economia local e da autossuficiência, mostrando que os alunos estão conectando os princípios da ECOSOL com a realidade econômica de pequenas comunidades. Dos quatro alunos que não consideraram a alternativa referente à circulação de dinheiro na comunidade, dois apontaram que a moeda social pode contribuir na comunidade substituindo a moeda nacional e outros dois relacionam ao incentivo do uso de moedas estrangeiras, estes últimos foram alunos que não participaram das formações.

Diante das respostas relacionadas a moeda social, tanto em seu objetivo quanto em sua aplicação, nota-se algumas confusões sobre o tema. Durante as formações de moeda social foram utilizados exemplos, como de Ponta Grossa com a moeda social “Taça” e da cidade de Silva Jardim com a moeda social “Capivari”, contudo uma proposta mais prática contando com a participação dos alunos poderia resultar em uma melhor concepção sobre o tema e sua importância na economia local. Conforme apontado na questão referente a realização de projeto envolvendo a moeda social no Colégio, 18 alunos consideraram a ideia interessante por seu potencial educativo, enquanto 12 acharam uma ótima ideia para promover a cooperação e solidariedade entre os estudantes. 4 alunos mostraram dúvidas quanto à participação ativa dos alunos no projeto e ao funcionamento da moeda social, indicando a necessidade de maior clareza sobre o tema. No todo, as respostas apontam uma aceitação ampla da proposta, demonstrando que os alunos possuem maior interesse na experimentação prática promovida por projetos no Colégio.

Quanto ao clube de trocas, 24 alunos entenderam o clube de trocas como uma forma de troca de produtos e serviços sem o uso de dinheiro, promovendo consumo consciente e colaborativo. Evidenciando como atividades práticas, como a realização do clube de trocas, são ferramentas que proporcionam melhor entendimento dos alunos sobre determinado assunto. No caso da Economia Solidária, o clube de trocas enquanto prática manifesta a importância da cooperação e da troca justa, promovendo uma sensibilização sobre o consumo responsável.

As alternativas relacionadas ao conteúdo podiam ser marcadas quantos assuntos os alunos considerassem válidos. Apontam quais temas das aulas de Geografia os alunos consideram possíveis de serem associados à ECOSOL, dentre eles os conteúdos que os alunos mais relacionados foram: globalização e produção e consumo responsável (22 alunos cada), seguidos por territórios e redes, recursos

naturais, sustentabilidade (20 alunos cada) e desigualdade socioeconômica (19 alunos). Os conteúdos menos selecionados pelos alunos foram: mundo do trabalho (18), região (17) e Economia informal (16 alunos). Constatando a percepção dos alunos referente a relação direta entre a Economia Solidária e a Geografia escolar, especialmente em assuntos relacionados ao capitalismo global e à gestão sustentável dos recursos.

Relacionado aos princípios da Economia Solidária, os alunos identificaram como possíveis de serem articulados ao ensino de Geografia, o princípio da sustentabilidade (23 alunos), solidariedade (20 alunos) e a cooperação (19 alunos), seguidos de equidade (17 alunos) autogestão (16 alunos), Valorização do trabalho humano (15 alunos) e democracia (14 alunos). Os resultados indicam que os alunos reconhecem a relevância dos princípios da Economia Solidária nas discussões geográficas, especialmente quando se trata de questões ambientais e sociais, como destacada também na entrevista com o professor.

Em relação a inclusão de Economia Solidária nas aulas de Geografia, 20 alunos responderam que a temática já foi abordada em aulas, relacionados aos assuntos de sustentabilidade e meio ambiente, economia dos países e discussões sobre questões socioeconômicas. O restante dos alunos mencionaram não recordar sobre a abordagem do tema. As respostas mostram que o tema já estava presente em parte das aulas antes mesmo das formações realizadas pela IESol, enfatizando a importância do conhecimento sobre o tema por parte do professor, promovendo discussões sobre temas que muitas vezes não são contemplados no currículo escolar.

Por fim, sobre as ações desenvolvidas pela IESol, 13 alunos avaliaram como excelente, 6 como ótima e 5 como boa. Os alunos que não participaram das formações se abstiveram das alternativas relacionadas à IESol. Quanto às atividades realizadas, 23 alunos consideraram o clube de trocas a atividade que mais gostou; 11 marcaram as formações teóricas; 10 as dinâmicas e 9 a formação sobre moeda social. Ressalta-se que nessa questão os alunos podiam marcar mais de uma alternativa. O resultado reforça a eficácia das atividades práticas em engajar os alunos e a relevância de trazer conceitos teóricos para uma aplicação real. O clube de trocas se destacou como a atividade mais marcante, mostrando que os alunos apreciaram a oportunidade de vivenciar novas experiências fora do modelo tradicional de ensino. A avaliação dos alunos sobre a IESol indica uma recepção positiva quanto às formações sobre Economia Solidária, evidenciada também nas sugestões deixadas pelos alunos,

sendo estas: mais formações, a criação de um projeto fixo de Economia Solidária na escola e implementação de uma moeda social própria. As sugestões demonstram um forte interesse dos alunos em aprofundar o tema e manter a Economia Solidária como uma prática contínua na escola, o que evidencia o impacto positivo das atividades.

O questionário demonstrou a compreensão dos alunos do 9º ano frente aos conceitos-chave da Economia Solidária. A formação foi bem-sucedida em conectar conceitos da Economia Solidária com temas geográficos, e também em promover a ideia de projetos práticos, como o clube de trocas e uma moeda social no colégio. O interesse expressado pelos alunos em mais formações e em projetos permanentes indica que a Economia Solidária tem um grande potencial educativo quando vinculada a atividades práticas e ao cotidiano escolar. Assim como foi apontado pelo professor entrevistado sobre a inclusão da Economia Solidária nas aulas e no colégio através de projetos permanentes e de parcerias com instituições que promovem a ECOSOL, como a IESol.

A educação escolar é um instrumento fundamental para a construção do exercício pleno da cidadania, e a escola, juntamente com o currículo escolar, desempenha um papel decisivo na melhoria das condições sociais dos alunos. Sob essa ótica, a escola emerge como um espaço essencial para garantir o acesso ao conhecimento, sendo também uma aposta estratégica na promoção da cidadania (Deon; Callai, 2018).

Nessa perspectiva, é essencial que os currículos escolares integrem saberes que, uma vez apropriados pelos jovens, os capacitem a interpretar e transformar a realidade social em que vivem. A inclusão da temática da Economia Solidária nos currículos reforça esse processo ao propor uma visão de mundo onde a cooperação, o desenvolvimento sustentável e o bem-estar coletivo são centrais. Ao desenvolver uma educação que articula Geografia e cidadania, aliada à Economia Solidária, criam-se possibilidades de formar cidadãos mais conscientes, capazes de agir de forma transformadora em suas comunidades e na sociedade em geral.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa demonstrou a importância da Economia Solidária na educação, especialmente no ensino de Geografia e nas práticas de educação cidadã, como uma abordagem que pode contribuir significativamente para a formação de cidadãos críticos e conscientes. Ao ser incorporada às aulas, essa perspectiva possibilitou que os alunos compreendessem, de maneira mais aprofundada e contextualizada, as relações sociais e econômicas contemporâneas, além de estimular a reflexão sobre questões ligadas à justiça social, cooperação, sustentabilidade e desenvolvimento local. A introdução da Economia Solidária não apenas desperta o interesse dos estudantes, mas também favorece uma aprendizagem mais ativa, conectando o conteúdo geográfico com a realidade dos alunos, o que promove um ensino mais contextualizado, significativo e aplicado às suas vidas cotidianas.

Os resultados da pesquisa demonstraram que a inclusão da Economia Solidária nas aulas de Geografia enriqueceram a compreensão de conceitos que contribuem para o desenvolvimento de uma consciência cidadã, além de abrir espaço para a reflexão sobre o desenvolvimento sustentável. Esses elementos auxiliaram os alunos, não apenas a compreensão da teoria, mas também a vivenciarem a prática de aplicação dos princípios de uma economia alternativa, que se baseia na solidariedade e na justiça social. Essa abordagem, por sua vez, reflete diretamente nas atitudes e comportamentos dos alunos, que passam a se ver como atores sociais capazes de atuar de forma consciente e transformadora em suas comunidades.

A partir das respostas coletadas por meio de questionários aplicados aos estudantes, constatou-se que houve uma boa assimilação dos princípios da Economia Solidária e uma clara compreensão das possibilidades de integração do tema às aulas de geografia. Entre os temas mais destacados pelos alunos, encontram-se a

sustentabilidade, a desigualdade socioeconômica e a justiça social, todos diretamente ligados aos conteúdos abordados na disciplina. Contudo, também ficou evidente a necessidade de projetos permanentes que incorporem a Economia Solidária de forma contínua no ambiente escolar. A continuidade dessas práticas permitiria aos alunos não apenas estudar a teoria, mas também experimentar iniciativas concretas, como a criação de moedas sociais, feiras de trocas solidárias e outras atividades que envolvam toda a comunidade escolar. Reforçando a conexão entre o conteúdo escolar e a realidade social dos estudantes, tornando o processo de ensino-aprendizagem mais dinâmico e relevante.

Durante uma entrevista com o professor responsável pela implementação da proposta, foram levantados desafios importantes relacionados à inclusão da Economia Solidária no currículo. Dentre os principais obstáculos mencionados, destaca-se a falta de formação específica dos educadores sobre o tema e a rigidez do currículo escolar, que muitas vezes impede a inserção de conteúdos inovadores, como a Economia Solidária, que ainda não são contemplados de forma explícita nas diretrizes curriculares. Esse cenário indica a necessidade de investimentos em formação continuada para professores, além da criação de espaços de debate e troca de experiências, possibilitando que os educadores se sintam mais preparados e confiantes para trabalhar a temática em sala de aula.

Nesse contexto, a atuação da Incubadora de Empreendimentos Solidários (IESol) torna-se fundamental dentro das escolas, para aproximar a teoria da Economia Solidária da prática pedagógica. A IESol desenvolve ações educativas que permitem aos alunos vivenciar os princípios da Economia Solidária de forma prática, por meio de atividades dinâmicas, jogos e simulações que tornam o aprendizado mais lúdico e envolvente. Essas experiências são fundamentais para que os alunos possam internalizar os conceitos de forma mais concreta, compreendendo não só a relevância desses princípios para a construção de uma sociedade mais justa e colaborativa, mas também seu potencial de aplicação em suas próprias vidas. Além disso, existe a possibilidade da IESol promover formações continuadas para professores, ampliando as oportunidades de capacitação e fortalecimento de redes de troca de saberes sobre o tema.

A integração entre a Economia Solidária e o ensino de Geografia apresenta um grande potencial para a formação de cidadãos mais críticos, reflexivos e socialmente engajados. Ao compreenderem a importância de práticas econômicas sustentáveis e

colaborativas, os alunos são incentivados a atuar como agentes de transformação social em suas comunidades, promovendo iniciativas que favorecem o desenvolvimento local e a justiça social. A inclusão da ECOSOL no currículo de geografia, portanto, configura-se como uma abordagem inovadora e necessária, que vai além da simples transmissão de conteúdos. Trata-se de um modelo de educação voltado para a construção do conhecimento, que considera as realidades e experiências dos alunos e promove uma formação integral, tanto do ponto de vista intelectual quanto ético e social.

Reafirma-se o papel fundamental da Geografia como uma disciplina que transcende a simples descrição e análise do espaço físico. Ela oferece ferramentas para que os alunos possam interpretar criticamente a realidade em que vivem, compreendendo as interações entre o meio ambiente, a economia e as dinâmicas sociais. A partir desse entendimento, os estudantes tornam-se capazes de atuar de forma consciente e responsável na construção de uma sociedade mais solidária e sustentável, reafirmando a importância de uma educação que promova a cidadania e a transformação social.

REFERÊNCIAS

ADAMS, T. **Educação e economia popular solidária: mediações pedagógicas do trabalho associado**. Aparecida: Idéias & Letras, 2010.

ALEIXO, A. S. M. D. F. et al. **Da economia social para a economia solidária**. 2015. Tese de Doutorado.

ANDRADE, R. B. Currículo e o ensino de geografia: orientações curriculares e Educopédia na Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro. **Para Onde!?**. Porto Alegre, v. 10, n. 2, p. 36-44, 2018. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/paraonde/article/view/85525>. Acesso em: 24 jul. 2024.

ARCANJO, M. A. S. de; OLIVEIRA, A. L. M. de. A criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária: avanços e retrocessos. **Perseu: História, Memória e Política**, n. 13, 2017. Disponível em: <https://revistaperseu.fpabramo.org.br/index.php/revista-perseu/article/view/127>. Acesso em: 16 set. 2024.

ARRUDA, M. Um novo humanismo para uma nova economia. In: KRAYCHEQUE, G. **Economia dos setores populares**. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 199-223.

ATLAS da Economia Solidária no Brasil. **Ministério do Trabalho e Emprego Secretaria Nacional de Economia Solidária**. SENAES, 2006.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BRASIL, F. S.; BRASIL, M. S. **Economia Solidária na Escola: contribuições para o debate**. 2018. (Apresentação de Trabalho/Congresso).

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Economia Solidária**. Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/assuntos/economia-solidaria>. Acesso em: 24 maio 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 26 jun. 2024.

CABRAL, S. M. **Economia solidária: um processo educativo**. Revista Práxis, 1, 27–32, 2016. Disponível em: <https://periodicos.feevale.br/seer/index.php/revistapraxis/article/view/538>. Acesso em: 26 jun. 2024.

CALLAI, H. C. O ensino de geografia: recortes espaciais para análise. In: CASTROGIOVANI, A. C. [et al]. **Geografia em sala de aula: práticas e reflexões**. 5ª ed. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2010.

CAMARGO, J. P. **Economia Solidária nas aulas de Geografia**. [Entrevista cedida a] Elen Cristiane Quadros de Lima. Ponta Grossa: Colégio Professor Meneleu de Almeida Torres, 9 set. 2024. Gravador do aparelho celular.

CAPRA, F. Virando o jogo. In: **As conexões ocultas: Ciência para uma vida sustentável**. São Paulo: Cultrix, 2003.

CARNEIRO, G.; BEZ, A. **Clubes de troca: rompendo o silêncio, construindo outra história**. 2. ed. rev. Curitiba: Editora Popular; CEFURIA, 2011. Disponível em: https://cefuria.redelivre.org.br/files/2012/08/clubes_de_troca.pdf. Acesso em: 12 set. 2024.

CARVALHO, M. C. A experiência da Associação Nacional de Trabalhadores e Empresas de Autogestão: um estudo empírico. **Anais do IX Encontro Nacional de Engenharia e Desenvolvimento Social**. v. 9, n. 1, 2012. Disponível em: <https://anais.eneds.org.br/index.php/eneds/article/view/250>. Acesso em: 26 set. 2024.

CARVALHO SOBRINHO, Hugo. Geografia escolar e o lugar: a construção de conhecimentos no processo de ensinar/aprender geografia. **Geosaberes: Revista de Estudos Geoeducacionais**, v. 9, n. 17, 2018. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=552859736011>. Acesso em: 24 jul. 2024.

CASTELLAR, S. M. V.; STEFENON, D. L. **A ciência geográfica na escola: pressupostos de um currículo escolar fundamentado no conhecimento disciplinar**. Uni-pluri (Medellin), v. 15, pp. 11-118, 2015.

CAVALCANTI, L. S. **O ensino de geografia na escola**. Campinas, SP: Papyrus, 2012.

CAVALCANTI, L. S.; SOUZA, V. C. A formação do professor de geografia para atuar na educação cidadã. In: **COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GEOCRÍTICA**, 13., 2014, Barcelona, 2014.

CORRÊA, R. L. Espaço, um conceito-chave de Geografia. In: CASTRO, Iná E., GOMES, Paulo C. da C.; CORRÊA, Roberto L. (org). **Geografia – Conceitos e temas**. 5. ed. RJ: Bertrand Brasil, 2003.

COSTA, B. A. L. Economia solidária e o papel das incubadoras tecnológicas de cooperativas populares no Brasil: a experiência de extensão universitária da ITCP-UFV. **Diálogos em Extensão**, v. 2, n. 2, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.21284/elo.v2i2.20>. Acesso em: 17 nov. 2024.

COUTO, M. A. C. **Ensinar a geografia ou ensinar com a geografia?** Revista Terra Livre, São Paulo, SP, ano 26, v.1, n. 34, p. 281, 2010.

CRUZ, A.; DELLA VECHIA, R.; NUNES, T.; TILLMANN, R. A REDE de ITCPs – passado, presente e alguns desafios para o futuro. **Revista Diálogo** n. 18, p. 115. Canoas, 2011.

DEON, Alana Rigo; CALLAI, Helena Copetti. A educação escolar e a geografia como possibilidades de formação para a cidadania. **Revista Contexto & Educação**, v. 33, n. 104, p. 264-290, 2018. DOI: <https://doi.org/10.21527/2179-1309.2018.104.264-290>.

FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. **Carta de Princípios da Economia Solidária**. Disponível em: <https://fbes.org.br/2005/05/02/carta-de-principios-da-economia-solidaria/>. Acesso em: 15 jul. 2024.

FREIRE, P. **Educação e mudança**. 12. ed. Trad. de Moacir Gadotti & Lilian Lopes Martin. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1979.

FREIRE, P. **Pedagogia da esperança: Um reencontro com a pedagogia do oprimido**. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1994.

FRANÇA FILHO, G. C. de; LAVILLE, J. **Economia solidária: uma abordagem internacional**. Porto Alegre: editora da UFRGS, 2004.

GADOTTI, M. **Economia solidária como práxis pedagógica**. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009. Vol. 1.

GAIGER, L. I. **A economia solidária diante do modo de produção capitalista**. Revista Caderno CRH, Salvador, UFBA, n.39, p. 181-211, 2003.

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ. **Currículo da Rede Estadual Paranaense (Crep)**. Disponível em: <https://professor.escoladigital.pr.gov.br/crep>. Acesso em: 26 set. 2024.

GUSSO, S. F. K. SCHUARTZ, M. A. **A criança e o lúdico: a importância do “brincar”**. Pontifícia Universidade Católica do Paraná, 2005. Disponível em: <https://maiscursoslivres.com.br/cursos/f6d6daee4d3808b9f63e73ac73907507.pdf>. Acesso em: 28 jun. 2024.

HOTZ, K.; ZANARDINI, I. **Implicações do processo de reestruturação produtiva no Brasil e as implicações para a educação: algumas considerações**. Práxis Educativa, Ponta Grossa, v.4, n.2, p. 131-138, jul.-dez. 2009.

INCUBADORA DE EMPREENDIMENTOS SOLIDÁRIOS (IESol). **Quem Somos**. Disponível em: <https://www2.uepg.br/iesol/>. Acesso em: 22 maio 2024.

INCUBADORA DE EMPREENDIMENTOS SOLIDÁRIOS, PONTA GROSSA. **Relatórios do Núcleo de Escolas**, 2015.

LECHAT, N. M. P. **As raízes históricas da economia solidária e seu aparecimento no Brasil**. 2002.

LEFEBVRE, H. **Problemas teóricos da autogestão**. GEOgraphia, Niterói, vol. 19, n. 41, set./dez. 2017.

MANCE, E. A. **Constelação Solidários: as fendas do capitalismo e sua superação sistêmica**. Passo Fundo: IFIBE, 2008.

MANZINI, E. J. **A entrevista na pesquisa social**. Didática, São Paulo, v. 26/27, p. 149-158, 1990/1991.

MOREIRA, S. V. Análise documental como método e como técnica. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (Org.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas, 2005. p. 269-279.

NAGEM, F. A.; SILVA, S. P.. Institucionalização e execução das políticas públicas de economia solidária no Brasil. **Revista de Sociologia e Política**, v. 21, n. 46, p. 159-175, jun. 2013.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação e do Esporte. **Currículo da Rede Estadual de Educação Básica do Paraná – Geografia – Anos Finais**. Curitiba: SEED, 2021. Disponível em: https://www.educacao.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2021-05/crep_geografia_2021_anosfi. Acesso em: 25 jul. 2024.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação e do Esporte. **Referencial Curricular do Paraná: Princípios, direitos e orientações**. Curitiba: SEED, 2018. Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/bncc/2018/referencial_curricular_parana_cee.pdf. Acesso em: 25 jul. 2024.

PINHEIRO, D. C.. **Economia solidária: Uma revisão teórica a partir dos seus ‘múltiplos’ conceitos**. Revista NAU Social, v. 3, n. 5, p. 85-105, 2013.

PORTO, P. A. C.; OPUSZKA, P. R. **Economia solidária, seus princípios e sua extensão como vetor para construção de um novo cidadão**. Revista Jurídica, v. 1, n. 38, p. 422-441, 2015.

SANTANA JUNIOR, G. **Análise organizacional e economia solidária: dialogando com Guerreiro Ramos**. 2006. (Apresentação de Trabalho/Comunicação).

SAVIANI, D. **Ética, educação e cidadania**. Revista nº15, 2013. Disponível em: <http://www.crmariocovas.sp.gov.br/pdf/ccs/pebII/saviani.pdf>. Acesso em: 13 set. 2024.

SENAES. **Avanços e desafios para as políticas públicas de economia solidária no governo federal – 2003/2010**. Brasília: MTE, 2012. Disponível em: <http://acesso.mte.gov.br/>. Acesso em: 8 fev. 2024.

SINGER, P. **Economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Contexto, 2000.

SINGER, P. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

SINGER, P. **Economia solidária**. Estudos avançados, 22(62), 2008.

SOARES, D. Moeda social. In: CATTANI, A. D.; LAVILLE, J.; GAIGER, L. I.; HESPANHA, P. (Org.). **Dicionário internacional da outra economia**. Coimbra: Edições Almedina, 2009.p. 260-264. Disponível em: <https://financassolidarias.wordpress.com/wp-content/uploads/2012/09/dicionario-internacional-da-outra-economia1.pdf>. Acesso em: 08 agosto. 2024.

VALADÃO, A. C. et al. **Percursos e experiências da Incubadora de Empreendimentos Solidários**. Ponta Grossa: Estúdio Texto, 2018.

WAHLSTROM, N. **Tracing implications of transnational policy in curriculum events**. Curriculum Journal, 2020, p. 1-18. Disponível em: <https://bera-journals.onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1002/curj.62>. Acesso em: 26 set. 2024.

**APÊNDICE A – ENTREVISTA REALIZADA COM O PROFESSOR DE
GEOGRAFIA**

Entrevista professor

Nome da Escola: Colégio Estadual Professor Meneleu de Almeida Torres

Nome do Professor: João Paulo Camargo

1. Como você conheceu a Economia Solidária?

A Economia Solidária eu particularmente conheci na verdade, eu conheci quando eu fazia parte do grupo Ecológico dos campos Gerais lá no início dos anos 1990 né como o grupo Ecológico era envolvido com as entidades ambientalistas e dentro dessa entidades tinha o pessoal que já trabalhava com Economia Solidária nessa época, então são 30 anos que eu acompanho a Economia Solidária e depois no curso de geografia também e é um conteúdo da área da geografia, então sempre abordamos a questão da Economia Solidária.

2. Por onde você conheceu a IESol?

A IESol eu conheci pela universidade, sempre estava envolvido com a universidade, apoiava os trabalhos, tive amigos que participaram da IESol, ex-alunos também.

3. O que te motivou convidar a IESol para desenvolver ações no colégio?

A ideia era desenvolver um projeto de Economia Solidária com os alunos, a proposta era conseguir envolver toda a escola, mas sabemos da dificuldade que a escola tem de se organizar, o problema é que o modelo de ensino é engessado, a gente tem que cumprir uma certa grade curricular, as avaliações externas como a prova Paraná e isso acaba atrapalhando se você quer desenvolver um projeto. Mas inicialmente eu queria que os alunos conhecessem o que é a Economia Solidária e eles implantassem em seus projetos dos países e levassem adiante a ideia da Economia Solidária.

4. Como você enxerga o papel da geografia no contexto da Economia Solidária?

Acho que a geografia ela consegue se inserir em qualquer tema e ela consegue demonstrar a importância de qualquer área do conhecimento porque o objeto

de estudo da geografia é o espaço geográfico, e entender esse espaço geográfico sob diferentes óticas é o papel da geografia e a Economia Solidária é uma das outras formas de você desenvolver economia, mostrar para os alunos que existem outras formas de você estabelecer relações comerciais e nós estamos moldados dentro de um modelo capitalista baseado no valor monetário, no dinheiro né. Então pra que eles tenham outras formas de visão e a geografia eu creio que é fundamental, ou pode se dizer que é o componente curricular mais estruturado para trabalhar a questão da Economia Solidária ou qualquer outra área.

5. Na sua experiência como professor de geografia, de que maneiras você acha que a Economia Solidária pode ser introduzida no currículo escolar?

Sim, porque nos conteúdos de geografia, os conteúdos agora já vêm prontos da secretaria da educação, mas mesmo assim sempre aborda a questão econômica só dentro daquele viés economicista e voltado para o sistema capitalista, é em algum ou outro momento que fala-se sobre Economia Solidária, mas bem breve em alguns conteúdos, então o ideal seria desenvolver projetos, eu acredito mais nos projetos como forma de incluir a Economia Solidária, porque no projeto você necessariamente tem que fazer algo prático e aí você consegue mais envolvimento, mas eu creio então que através de projetos seria um meio de implantar então a Economia Solidária e criar momentos durante o ano em que a aconteça com que a Economia Solidária se torne mesmo uma cultura dentro da escola, isso seria uma das propostas de desenvolver projetos. Mas um conteúdo específico não, tem quando você trabalha agricultura familiar, dá pra aproveitar e especificar a Economia Solidária como parte da agricultura familiar, mas em termos de número de aulas e de conteúdo ainda esse tema é relativamente pequeno em relação a importância e considerando que é o mais próximo da realidade dos alunos. Quando for trabalhar sobre o desenvolvimento do capitalismo também tem essa possibilidade, que daí trabalha outros sistemas, so que como é pouco debatido a Economia Solidária nas escolas a maioria dos professores de geografia não estão atentos a esse tema, assim como das outras áreas, aqui no colégio tem educação financeira e eu não sei se eles abordam alguma coisa sobre isso, acredito que deveria, em projeto de vida tem a possibilidade de trabalhar porque daí tem a questão do trabalho cooperativo, colaborativo, que dá pra encaixar a questão da Economia Solidária, mas também não vem nada específico, depende muito do professor. e aí como a gente fala o conteúdo está engessado e ele é voltado para as avaliações externas.

6. Você já incorporou estudos de caso ou exemplos práticos de ECOSOL em suas aulas de geografia?

Sim, como nós trabalhamos também a questão da sustentabilidade, dos objetivos de desenvolvimento sustentável, da questão dos tratamentos dos resíduos, então dentro desse contexto a Economia Solidária é parte integrante, já faz parte do discurso da geografia nas aulas que eu ministro, sempre cito o

caso da IESol como um dos modelos que nós temos de divulgação e o fato de termos trazidos a IESol aqui também.

7. Jogos, dinâmicas, e atividades mais práticas seriam uma boa opção para promover a compreensão dos alunos sobre os princípios e práticas da Economia Solidária?

O ideal assim como professor seria um projeto, que a IESol pudesse desenvolver um projeto permanente ou mais longo em que os alunos consigam ver o início meio e fim, ou que esse fim seja na verdade a continuidade, que a IESol de um impulso pra que se estabeleça como uma questão cultural no colégio, até por exemplo criando uma própria moeda envolvendo os alunos ou a comunidade do entorno do colégio. Então seria mais efetiva se a IESol por exemplo conseguisse uma participação maior e daí uma fundamentação teórica mais elaborada e daí a prática, então eu creio que o envolvimento seria maior. Mas as práticas, os jogos, as dinâmicas isso sem dúvida é importante, principalmente no contexto de sala de aula e de ensino fundamental e médio.

8. Em sua opinião, qual é o impacto da inclusão da Economia Solidária no ensino de Geografia no desenvolvimento de habilidades críticas e cidadãos dos alunos?

Então a Economia Solidária seria uma forma de desenvolvimento tudo isso, as habilidades, o senso crítico dos alunos e a geografia é o caminho, pra que faça essa ligação da Economia Solidária na formação de um cidadão mais crítico, um cidadão com outras possibilidades de visão de mundo e a geografia tem esse papel que é inerente da geografia escolar, desenvolver esse aspectos. E mostrar as outras formas de relações nas suas múltiplas dimensões, seja económicas, sociais, culturais, rompendo um pouco o tal do eurocentrismo, essa visão que eu vejo que ainda é mecanicista dentro da escola, uma visão pouco sistêmica, e a Economia Solidária tem essa possibilidade, esse viés que a gente pode introduzir outras abordagens utilizando o termo e as práticas da Economia Solidária. Então veja, a geografia é o caminho mais fácil para introduzir essa abordagem da Economia Solidária dentro de uma perspectiva da complexidade por exemplo, da complexidade ambiental.

APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO APLICADO AOS ALUNOS

Nome da escola:

Nome do estudante:

Data:

Participou das formações sobre Economia Solidária realizadas pela IESol:

SIM **NÃO**

Conforme as formações sobre Economia Solidária em parceria com a IESol (Incubadora de Empreendimentos Solidários) realizadas com a turma em Março e Abril de 2024 responda as questões abaixo:

1) A partir do que você entendeu sobre Economia Solidária, assinale a alternativa você correlaciona com Economia Solidária:

- Uma forma de organização econômica que visa o lucro acima de tudo.
- Um modelo econômico que valoriza a cooperação, a autogestão e a solidariedade entre seus membros.
- Um tipo de economia voltada exclusivamente para grandes empresas.
- Um sistema econômico que ignora questões ambientais e sociais.

2) Conforme seu entendimento sobre Economia Solidária, assinale a alternativa você considere como um dos objetivos da Economia Solidária:

- A concentração de riqueza nas mãos de poucos.
- A distribuição justa de renda e a inclusão social.
- O desenvolvimento de grandes indústrias.
- A privatização de serviços públicos.

3) Você acredita que a Economia Solidária pode ajudar a reduzir as desigualdades sociais?

- Sim, pode ser uma ferramenta eficaz na redução das desigualdades sociais.
- Sim, em certa medida, dependendo da forma como for implementada.
- Talvez, mas seria necessário apoio de políticas públicas e outras iniciativas.
- Não, acredito que suas ações são limitadas nesse aspecto.
- Não, a Economia Solidária não tem impacto significativo na redução das desigualdades sociais.

4) Qual das alternativas abaixo você considera sendo o principal objetivo da moeda social na Economia Solidária?

- Estimular o uso de bancos tradicionais.
- Fortalecer a economia global.
- Promover a circulação de recursos dentro da comunidade, fortalecendo o comércio local.
- Facilitar o pagamento de impostos.

5) Conforme sua concepção sobre moeda social, assinale a alternativa que você considera uma maneira da moeda social contribuir para o desenvolvimento de uma comunidade?

- Incentivando o uso de moedas estrangeiras.
- Aumentando a dependência de grandes empresas.
- Fazendo com que o dinheiro circule dentro da própria comunidade.
- Substituindo totalmente as moedas nacionais.

6) O que você entendeu sobre o clube de trocas na Economia Solidária?

- O clube de trocas na Economia Solidária funciona como uma loja convencional, onde os participantes pagam em dinheiro pelos produtos e serviços que adquirem.
- O clube de trocas na Economia Solidária é uma forma de troca de produtos e serviços entre um grupo de pessoas, sem o uso de dinheiro, promovendo o acesso a bens ou serviços de forma colaborativa, promovendo o consumo consciente.
- O clube de trocas na Economia Solidária é uma iniciativa para promover o investimento em ações de grandes empresas com o objetivo de obter lucro.
- O clube de trocas na Economia Solidária é um sistema de empréstimos bancários com condições mais favoráveis para os membros da comunidade.

7) Marque todas as alternativas que você considere como possíveis temas de discussão sobre a Economia Solidária nas aulas de geografia: (Marque quantas alternativas achar necessário)

- Globalização
- Produção e consumo responsável
- Territórios e redes
- Recursos naturais
- Mundo do trabalho
- Região

- () Sustentabilidade
- () Economia informal
- () Desigualdade socioeconômica

8) Dos princípios da Economia Solidária, quais você acha que melhor podem ser trabalhados nas aulas de geografia? (Marque quantas alternativas achar necessário)

- () Autogestão: A importância da participação coletiva e democrática na tomada de decisões.
- () Solidariedade: O fortalecimento de laços comunitários e sociais como base da economia.
- () Sustentabilidade: A relação entre o uso consciente dos recursos naturais e a preservação do meio ambiente.
- () Cooperação: A colaboração entre indivíduos e grupos como alternativa à competitividade.
- () Equidade: A busca por justiça social e redução das desigualdades socioeconômicas.
- () Valorização do trabalho humano: A centralidade do trabalho como elemento de dignidade e desenvolvimento pessoal.
- () Democracia: A prática de processos democráticos e participativos na organização econômica e social.

9) Qual sua opinião sobre a realização de um projeto envolvendo uma moeda social própria do colégio? (Marque quantas alternativas achar necessário)

- () **Acho uma ótima ideia**, pois a moeda social pode incentivar a troca de serviços e produtos entre os estudantes, promovendo a cooperação e a solidariedade no ambiente escolar.
- () **Acho interessante**, pois a moeda social pode ensinar sobre economia e finanças de forma prática, além de valorizar as atividades realizadas dentro do colégio.
- () **Tenho dúvidas**, pois não sei como funcionaria a moeda social na prática e se os alunos realmente participariam de forma ativa no projeto.
- () **Não vejo utilidade**, pois acredito que a moeda social não traria benefícios reais ao ambiente escolar e poderia ser difícil de implementar.
- () **Sou contra**, pois acho que o colégio deve focar em outras atividades e que a moeda social não seria eficaz para promover mudanças significativas.

10) Das ações realizadas pelo IESol com sua turma, quais você mais gostou? (Marque quantas alternativas achar necessário)

- Formação teórica sobre o que é Economia Solidária
- Formação sobre moeda social
- Dinâmica do abismo
- Clube de trocas entre as turmas
- Outro: _____

11) Como você avalia as ações sobre Economia Solidária realizadas pelo IESol com sua turma?

- Excelente Ótima Boa Razoável Ruim

12) A Economia Solidária já foi tema de alguma aula de Geografia?

- Sim Não

Caso tenha respondido sim, comente o que você achou do que foi tratado em aula:

13) Caso tenha alguma sugestão, deixe aqui:
